REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 14 HORAS, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE, SITUADO NA AV. PAULISTA, 2073, CONJUNTO NACIONAL, PISO SUPERIOR, SÃO PAULO

JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA

Taq. David
DAVTAQ-ME
7869-9066 R. 223

ORDEM DO DIA DA REUNIÃO

I - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior
II - Informes da Secretaria Executiva
III - Apresentação do andamento do Plano de Macrodrenagem da Bacia do alto Tietê
IV - Assuntos a deliberar
IV.1 - Homologação das indicações de pedidos de financiamento com do FEHIDRO, remanescentes;
IV.2 - Constituição da Comissão Eleitoral para o mandato 1999-2000 do Comitê e dos Subcomitês.

SECRETÁRIO - Boa tarde a todos. Já temos quorum. Somos 48. Temos já mais de 25 presentes. Então, nós damos início a mais esta reunião ordinária.

Para aqueles que ainda não me conhecem, eu sou João Gilberto Lotufo Conejo, Secretário Adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, respondendo pelo expediente da Secretaria.

Como vocês devem estar sabendo, o Dr. Hugo Marques da Rosa precisou afastar-se do cargo, para cuidar de questões pessoais, negócios. Durante os informes da Secretaria, eu vou mencionar um pouco mais sobre este assunto. Então, eu estou obviamente desempenhando essa função, até que as mudanças formais aí ocorram, com a mudança do Governo, do Secretariado etc.

Então, a minha história curta assim, eu sou, eu sempre fui funcionário do DAEE, por mais de 20 anos. Por algum tempo, eu fui Diretor Técnico da SANASA, um órgão de Saneamento de Campinas. E desde abril, estou na Secretaria, no cargo de Secretário Adjunto. Mais recentemente, eu estou respondendo então pelo expediente.

Eu queria dar boas vindas a todos. E sem mais delongas, vamos partir para percorrer a pauta da nossa reunião.

O primeiro tópico é Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Eu consideraria a possibilidade de evitar a leitura da ata e consultaria vocês se têm alguma observação a respeito dessa ata. Primeiro, se vocês concordam com a não leitura. Acho que isso é tranqüilo. Alguém teria alguma observação? (Pausa). Todo mundo fez a lição de casa então? Podemos submeter à aprovação da ata? (Pausa). Então, se ninguém se manifestar contrariamente, podemos considerá-la aprovada? (Pausa). Então, a ata da reunião anterior está aprovada.

Item II - Informes da Secretaria Executiva.

Então, como primeiro informe, eu voltaria, eu retornaria àquele primeiro assunto, do afastamento do Dr. Hugo. E ele está encaminhando a todos vocês, aos participantes aqui do Comitê do Alto Tietê, um ofício se despedindo, e, basicamente, ele agradece imensamente a contribuição de vocês, durante todo esse percurso. E ele se coloca à disposição, e pretende continuar participante intensivo desse sistema, que ele ajudou, e acho que nesse período imprimiu um ritmo, uma dinâmica intensa, o qual, eu, particularmente, apesar de ele estar agradecendo nessa carta, eu digo que, pelo menos daquilo que eu observei, eu posso dizer a mesma coisa. Ele foi uma peça muito importante nesse sistema, no dinamismo e na velocidade com que as coisas andaram. Ele pretende participar, dentro desse processo, como membro da sociedade inclusive, o que nós achamos muito bom. Seria uma grande contribuição. Espero que ele possa estar presente ainda hoje, pois ele gostaria efetivamente de estar aqui, e disse que, se for possível, ele estará presente, para cumprimentar os amigos. Está certo? Mas, então, basicamente, esta é a mensagem que ele vai passar por escrito, e sempre agradecendo muito a contribuição deste fórum aqui.

Com relação a outros tópicos, no que se refere às deliberações já ocorridas neste Comitê, no que tange ao Plano do Alto Tietê, que nós aprovamos, tanto o termo de referência, votamos adendos a esse termo de referência, ampliando um pouco o escopo. Nós recebemos a proposta da FUSP, foi encaminhada, aprovada pelo órgão técnico, no caso o DAEE. E, hoje, ela se encontra em fase final de contratação. A FUSP deve estar encaminhando para o BANESPA, para a assinatura de contrato. Então, o que se prevê é que no final deste ano, ou na pior das hipóteses, no começo do ano que vem, estaremos com esse contrato assinado e o plano em andamento.

Com relação ainda a atividades pertinentes à Bacia do Alto Tietê, em relação ao projeto Tietê, o financiamento internacional, as coisas estão encaminhando bem, e se encontra atualmente em Brasília. E, a princípio, esse Projeto Tietê Fase 2 é algo que deve ser implementado, imprimindo aí, continuando essa questão da despoluição do Alto Tietê.

O mesmo nós podemos dizer em relação à calha, em pleno andamento, e à construção aí das obras relativamente ao controle de enchentes da Região Metropolitana.

Nós convidamos também o Mário Lavin para se incorporar aqui à Mesa, é o nosso anfitrião da Prefeitura Municipal de São Paulo. (Pausa)

Então, dando seqüência á nossa pauta, vamos passar ao item III.

BONFILIO (Conselho Comunitário de Franco da Rocha) - Secretário, eu gostaria de fazer um pronunciamento.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Conselheiros. Boa tarde, Membros da Mesa. Bonfilio, do Conselho Comunitário de Franco da Rocha.

Eu gostaria que ficasse consignado em ata, e registrado, para que conste dos anais deste Comitê, ao qual eu apresento agora uma moção de congratulações ao então ex-Secretário de Recursos Hídricos, Hugo Marques da Rosa. Não fosse, como Vossa Excelência mesmo fez questão de frisar, o dinamismo, a decisão dessa pessoa, hoje nós não estaríamos aqui com este que eu considero o Parlamento da Água, como assim ele mesmo batizou, nós não estaríamos nesse passo, o qual eu considero o maior avanço na história da democratização das decisões no âmbito dos interesses públicos no Brasil.

Então, eu gostaria de apresentar essa moção de congratulações, para que fique consignado em ata e para que conste dos Anais deste Comitê. (Muito bem)

SECRETÁRIO - Então, por aclamação, acho que todos nós estamos sintonizados. E eu fico agradecido por essa sua fala, exatamente porque eu não fiquei muito à vontade inclusive para fazer um discurso desse tamanho, que eu acho que é perfeitamente merecido. Está certo? Então, nós aprovamos essa moção. E fico muito agradecido a todos aí, e particularmente ao Dr. Hugo. Ele receberá isso com grande satisfação.

Passamos, então, ao item III da pauta.

III - Apresentação do andamento do Plano de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê.

A apresentação vai ser feita pelo Aloísio Cagnoli, que está capitaneando aí esse plano de macrodrenagem. Então, por favor. Conforme o combinado, o tempo será da ordem de 15 até no máximo 20 minutos.

Uma observação que foi feita, e que eu não fiz o registro, mas eu gostaria que todo mundo que fosse falar que se identificasse, porque nós estamos registrando, gravando e fica fácil depois para a transcrição.

ALOÍSIO CAGNOLI - Uma boa tarde a todos. Como esta é a primeira vez, digamos assim, que o corpo técnico, que já está elaborando o plano, vem aqui ao Comitê, fica um pouquinho difícil saber se vamos só falar sobre como que está indo, ou vamos falar um pouquinho ainda antes, como ele está sendo planejado. Então, eu vou tentar fazer um pouco de cada coisa, porque eu sei que os senhores conhecem muito bem os termos de referência, ajudaram a fazer o termos de referência.

De uma forma geral, o que esse plano objetiva? Esse plano objetiva realmente fazer um estudo, digamos assim, da condição de todo o sistema de drenagem da Bacia do Alto Tietê do ponto de vista de controle de enchentes. É um pouquinho diferente, é complementar inclusive ao enfoque do outro plano, que já foi dito pelo Dr. Lotufo, que é o Plano Diretor da Bacia, do ponto de vista dos recursos hídricos em geral. Então, aqui estamos falando de controle de cheias, de controle de enchentes.

A nossa área de atuação compreenderá toda a Bacia do Alto Tietê, que está aí mostrada. Quase que ela e confunde quase que totalmente com a própria Região Metropolitana. Uma coisa bastante interessante, o que está mais cinza é a Bacia. Não sei se está dando para os senhores perceberem. E o que está com essa linha verde é a Região Metropolitana. Quer dizer, basicamente quase toda a Região Metropolitana faz parte ou está dentro da nossa Bacia do Alto Tietê. Então, aqui vai começar desde a barragem em Pirapora, até as nascentes em Salesópolis. Sempre sob a ótica do controle de cheias. Digamos que é uma ótima oportunidade para que se pense a drenagem do ponto de vista global, saindo um pouco fora das questões de jurisdição de cada área, Estado e Prefeitura. Em toda essa área, o que está assinalado em amarelo é a área urbana, quase toda ela bastante densa, como todo mundo conhece.

Então, é assim realmente um grande problema que nós estamos enfrentando, do ponto de vista do estudo do controle de cheias.

O Plano tem um prazo estimado de duração de 24 meses e vai seguir um fluxograma de atividades, este que vemos aí, cumprindo, então, basicamente, são 5 etapas. Nós estamos agora finalizando a Etapa nº 1, que é a busca das informações básicas.

Uma equipe do Plano está percorrendo todos os Municípios. Acho que aqui deve ter bastante representantes de todos os Municípios da região. E nós estamos conseguindo ótimas informações, queixas, casos concretos, pontos críticos, porque afinal de contas estamos falando de quinhentos pontos críticos de inundação anual. Quer dizer, nós estamos falando de uma coisa bastante macro e bastante crítica, bastante severa.

Do ponto de vista do levantamento do quadro institucional, já foi inclusive emitido um relatório, acredito que esse relatório já foi enviado à Câmara Técnica. E nós estamos agora tratando de montar um sistema de informações geográficas, com toda a Geologia, com a Geomorfologia, Solos, e com toda a ocupação urbana da área, para que posamos subsidiar a modelagem hidráulica, hidrológica que está sendo feita, e que está na nossa Etapa 2.

Essa Etapa 2, que pretendemos concluir até o terceiro mês do próximo ano, até março, ela vai fornecer um diagnóstico da situação atual, onde todas as obras, e inclusive essas que estão agora sendo planejadas pelo próprio DAEE, ou pelas próprias Prefeituras, vão estar sendo analisadas do ponto de vista geral.

A capacidade atual da calha do Rio Tietê está sendo analisada agora. E os aportes também de vazões atuais também estão sendo estimados.

Nessa próxima fase agora, digamos assim, de cheias, nós vamos ter 8 postos, que vão estar sendo instrumentados pelo Plano, para se obter uma boa correlação em pelo menos alguns eventos que com certeza vão ocorrer, em 8 córregos, desde bacias de 15 a 20 km1, até 150 km2, na foz do Aricanduva. Nós vamos estar, então, fazendo medição de níveis de vazões, para que possamos calibrar e aferir os nossos modelos, coisa que aqui em São Paulo esses dados até hoje são muito escassos. Isso já está sendo feito dentro da própria estrutura do nosso plano, para subsidiar essa modelagem hidráulico, hidrológica.

A partir desses dados, pretendemos, digamos assim, emitir, nos próximos meses, num horizonte entre 90 e 120 dias, um diagnóstico da situação atual, e qual vai ser o efeito dessas obras, parcialmente prontas e/ou totalmente prontas, nos aumentos das capacidades de vazão.

Da mesma forma, vão estar sendo analisados os efeitos de todas essas bacias de detenção que estão sendo implantadas no Alto Tamanduateí, que vão ser em número total de 46, e atualmente 6 encontram-se em fase de construção.

Um outro aspeto no controle de cheias, que também está chamando muito a atenção são as recentes na cidade de Franco da Rocha. Tem um ponto bastante crítico, que também vai, então, digamos assim, estar merecendo uma atenção antecipada do Plano, na busca de algumas alternativas para o controle ou para a minimização desses problemas de cheias.

Na terceira etapa, essa que eu estava falando, é onde vamos estar fazendo, dando as recomendações das intervenções imediatas. Inclusive, existem alguma obras em curso, de canalização. Sabemos que canalização é maximização de picos de vazão, onde vamos, em cada caso desses, com muito cuidado, tentar recomendar alguma possível eventual adaptação, inclusive em certos casos em obras que estão sendo feitas agora.

Daí é que vem, digamos, a nossa pressa em acelerar um pouco esse diagnóstico, para que se consiga já ir tendo algum resultado concreto do plano.

Para que consiga isso, estamos tendo um contato bastante estreito com a própria Câmara Técnica de Drenagem Urbana, que está sob a direção do Marco Palermo. E no nosso corpo técnico, constituímos um corpo de acompanhamento do Plano, que conta com membros de várias entidades que atuam no controle da drenagem na nossa Região Metropolitana. Então, existem membros do GEPROCAV, da Secretaria de Vias Públicas de São Paulo, vão ter membros da própria EMAI, para que já estejam participando na feitura do Plano, e não só, digamos assim, emitindo posteriormente pareceres. E com esse apoio todo que nós inclusive estamos recebendo da Câmara Técnica.

Na Etapa 4 já vão ser as ações nas Sub-Bacias, onde destacaríamos a definição das ações de restrição. O que são essas ações de restrição? Esse Plano pretende definir, digamos, em conjunto com todas essas entidades a que eu já fiz referência, os máximos aportes de vazão em cada afluente dos rios principais. Porque sentimos que o aumento da capacidade de vazão desses rios e canais é limitado. É muito difícil conseguir imaginar que vai poder aumentar a capacidade de vazão do Rio Tietê, por exemplo, barragem da Penha e Edgar de Souza, mais do que vai-se conseguir agora, com o alargamento e rebaixamento da calha que está sendo feito hoje.

Então, como sabemos que essa região deve ainda continuar evoluindo a sua área urbana, no nosso horizonte de 2020, o que fazer? Nós temos de restringir as vazões nos afluentes.. Isso aí é uma definição que transcende a jurisdição, tanto estaduais como municipais ou das próprias concessionárias. Quer dizer, tem de ser feito um estudo realmente, digamos, integrado e global, e que consiga observar essas questões de cima e fornecer algumas saídas consensuais, que só vão ter validade na medida em que todos esses órgãos estejam efetivamente participando, como eu já disse, da feitura desse plano. Porque para se conseguir restringir vazão, isso vai induzir obviamente a custos e obras e a algumas medidas para que consigamos reduzir os aportes, ou fazendo retenção, ou fazendo aumento das retenções na fonte, ou, em certos casos, fazendo transposição de bacias. Não sei. Tem várias formas técnicas de se conseguir isso, mas que vão envolver investimentos, que não podem da responsabilidade muitas vezes só daquele Município onde passa o córrego. É uma responsabilidade que vai ter de ser repartida por todos esses atores que vêm atuando no controle das enchentes.

Então, essa aí seria a nossa Etapa 4, que deve fornecer alternativas, ela deve ser concreta, do ponto de vista de recomendar alternativas.

E na Etapa 5, que de uma certa forma permeia em todo o nosso plano, é uma fase das ações sistemáticas, onde vamos contemplar a elaboração de um abrangente manual de drenagem, que eu acho que sem duvida alguma vem fazendo falta, porque não se tem critérios e diretrizes homogêneos nos Municípios que compõem a região.

E um sistema de suporte de decisão, que vai ser composto de um sistema de informação geográfica, programa de monitoramento, e o próprio modelo de operação do sistema, que sentimos que ele pode ser o cerne de uma agência de controle de enchentes, que a nossa região precisa.

Então, era isso que eu tinha a apresentar. Eu fico aqui à disposição, para qualquer dúvida.

Obrigado.

SECRETÁRIO - Muito obrigado, Dr. Aloísio.

Quer fazer um comentário? Por favor.

BONFILIO - Eu queria fazer um comentário. Em princípio, gostaria de registrar aqui a satisfação deste também membro da Câmara Técnica de Drenagem, ao avanço dos trabalhos nesse sentido, agora capitaneados pelo Consórcio ENGER PROMON. E salientar que em Franco da Rocha, recentemente, nós tivemos aí um evento chuvoso recente, parece-me até anormal, há uma semana atrás. E o canal de Franco da Rocha, recentemente, há dois meses, foi inaugurado, que foi construído com verba de um órgão estadual, ligado à Secretaria de Transportes Metropolitanos, e agora me fugiu o nome do órgão...

UM DOS PARTICIPANTES - FUMEF.

BONFILIO - FUMEF. Exatamente. Esse canal corta o centro da cidade, e tem sido vendido, desde 1989, quando foi iniciada a sua construção, como uma panacéia para resolver os problemas de enchentes da cidade. Apesar de não ter conhecimentos profundos a respeito de Engenharia, mas como leigo, e também com a experiência por nós colhida nos debates sobre as questões ambientais e relacionadas com drenagem e controle de inundações, o nosso posicionamento foi sempre que essa intervenção sozinha não poderia resolver. E a observação que os estudos preliminares já fazem, e é a diretriz desse termo de referência, coloca bem claro isso que de fato o canal é sinônimo de aceleração de pico de vazão. Recentemente, com essas chuvas, nós tivemos enchentes na cidade. Todo mundo ficou pasmo. Franco da Rocha é uma cidade curiosa. Os comerciantes de Franco da Rocha já instalaram comportas de alvenaria nas portas dos estabelecimentos. Como o comércio rende muito bem, é melhor adaptar-se às enchentes do que se mudar. Então, eles se adaptaram às enchentes. E com o canal pronto, todos aposentaram as suas comportas. E aí tomou-se um susto, porque de repente viu-se que, no canal, a água, na mesma velocidade em que ela desceu, encontrou a várzea mais à jusante por demais assoreada, e o próprio canal já está bastante assoreado, reflexo da falta dessa política global de ver a questão do gerenciamento do problema das enchentes como uma questão que deve ser resolvida, pensada e gerenciada de uma forma global, pensando e articulando as intervenções estruturais e não estruturais. Então, parece-me que anda muito bem o estudo. E quando possível, quando tiverem dados disponíveis a respeito daquela região problemática, nós gostaríamos que o Subcomitê fosse informado desses dados, para que pudéssemos intervir, fazer um trabalho junto aos Municípios, no sentido de fazer com que essa discussão, ainda que não acabada, mas que ela vá-se incorporando no dia a dia das intervenções e dos Departamentos de Engenharia das Prefeituras aqui da região.

SECRETÁRIO - Está O.K. Muito obrigado .

Eu só adicionaria, por acaso eu participei de uma dessas reuniões do FUMEF, e uma das contribuições que nós levamos, a pedido inclusive do Dr. Hugo, foi uma proposta de deliberação naquele órgão, justamente no sentido de que antes da aprovação de qualquer tipo de financiamento complementar obviamente aos objetivos daquela entidade, que fosse submetido aos órgãos competentes, para aprovação prévia, antes da deliberação. Então, isso já faz parte de deliberações que fatalmente você vai chegar ao final do seu plano, quer dizer, onde você tem de atuar, do ponto de vista institucional, para fazer com que os empreendimentos, os investimentos sejam feitos de formas adequadas. Só a título de complementação.

ALOÍSIO CAGNOLI - Eu só gostaria de colocar o seguinte. Lá nós temos uma questão bastante grave, digamos assim, de áreas erodíveis bastante grandes, e que estão levando muito sedimento para esse novo

canal a que você fez referência. Isso é verdade. Parece que boa parte dessa canalização nova já está entupida, não é? Aí é o que você está dizendo desse controle global de toda a bacia. Não adianta nada colocarmos um band aid ali e tentar estancar a hemorragia.

Agora, eu deveria á ter dito antes, mas eu não tive oportunidade, nós estamos contando com o nosso corpo de consultores, com dois técnicos de grande renome internacional, que estão inclusive aqui presentes, eu vou sói pedir que eles se levantem, o Professor Máximo Movik, do Imperial College, de Londres, que está colaborando com o nosso plano, e o Professor Ben Urbponas, do Serviço de Controle de Cheias de Denver, que é considerado um dos maiores serviços de controle de enchentes do mundo. Tanto que o próprio Manual de 1980, que foi feito pela própria CETESB, foi baseado todo ele praticamente no Manual de Denver. Essas pessoas, então, dois técnicos que estão colaborando e muito com os nossos trabalhos.

MARCOS BANDINI - Eu sou da Prefeitura de Ribeirão Pires e do Subcomitê Billings-Tamanduateí. Eu quero também parabenizar o trabalho em andamento. Sou um membro ausente dessa Câmara já há alguns meses, lamentavelmente, e acompanho o trabalho há algum tempo. Então, um comentário ou sugestão que eu faria seria no tocante a essa parte de recomendações imediatas, que fosse explicitado talvez no quadro críticas e principalmente propostas, sugestões para imediata adaptação do atual sistema de monitoramento existente, pelas falhas que ele apresenta atualmente e pela precariedade na troca de informações entre os órgãos. Nós estamos já vivendo um período de chuvas e uma parte do sucesso desse trabalho do Plano de Macrodrenagem advirá da mudança institucional e do grau de informações mais qualificadas que passem a chegar à população e a todos os agentes. . Então, no momento por exemplo, o trabalho, as informações, mesmo precárias, já existentes, como por exemplo da Fundação CTH, quanto ao monitoramento de precipitações, a questão meteorológica, ela praticamente não chega aos Municípios, com exceção de São Paulo. Então, para o ABC, por exemplo, há um problema sério. Nós estamos operando um sistema, uma Operação Enchentes sem essas informações.. E daí por diante. Então, acredito que essa modificação seja fundamental de imediato, e acredito que ela valha como algo que seja feito de forma mais premente possível, mesmo sabendo que o modelo definitivo ainda virá em tempo hábil no futuro.

GORK SUSUKI - Na realidade, eu não concordei plenamente com a frase de que o canal é que aumenta a vazão. O que aumenta a vazão na realidade é a impermeabilização do solo. Ela é que faz aumentar a vazão gradualmente, mesmo com as mesmas chuvas. Em alguns Planos Diretores de Municípios, nós temos recomendado que esse critério de impermeabilização fosse normatizado ou estabelecido algum critério para controle da impermeabilização. Este é um dos aspectos não estruturais que poderia ajudar a resolver o problema e que não foi abordado pelo Dr. Aloísio. E o outro diz respeito aos grandes empreendimentos que ocupam uma área grande, ela poderia ser obrigada a ter um sistema de drenagem própria, dentro do seu custo, e fazer com que essa drenagem vá para o subsolo. Isso também contribui bastante para a diminuição do pico de enchente. O meu nome é Gork Susuki e eu estou agora representando o Secretário da Agricultura.

SECRETÁRIO - Eu proponho que se passe para a próxima fase, porque este é um assunto apaixonante e eu acho que se quisermos nós continuamos aqui, transformamos este fórum numa Câmara Técnica e vamos discutir por muito tempo. Eu acho que eu até respondo o que você vai falar, que é o seguinte. Eu garanto que tudo isso que provavelmente qualquer um levantar aqui, ele está incorporado. É que você não teve nem tempo de dar o detalhamento suficiente para saber que essas questões estão aí incorporadas. Está certo?

ALOÍSIO CAGNOLI - O que aumenta o pico a vazão, Professor Gork, que foi meu Professor na Politécnica, não é o canal, é a velocidade do fluxo que se impõe aos canais de drenagem urbana, que até hoje, em certos casos, ainda são dimensionados para 6 metros por segundo, fazendo com que os tempos de concentração se reduzam tanto, fazendo com que os picos aumentem até 5 vezes ou 6 vezes mais do que se você tivesse mantido um canal com os 2 metros por segundo, você teria muito menos do que isso. Esta é uma questão prática mais.

SECRETÁRIO - Então, declaramos encerrada esta fase de polêmicas e de contribuições e esclarecimentos sobre o andamento do plano. Agradeço, então, Aloísio. E vamos passar na seqüência para o item IV da pauta, **Assuntos a deliberar**.

E como primeiro assunto, no item IV.1, nós vamos tratar da **Homologação das indicações de pedidos de financiamento com recursos do FEHIDRO,** ainda há algumas coisas remanescentes.

Então, eu pediria ao Gerôncio que relatasse e desse encaminhamento a essa questão do uso de recursos do FEHIDRO.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Boa tarde. Na reunião passada, nós deliberamos sobre destinação dos recursos do FEHIDRO remanescentes ainda de 1998, para duas sub-regiões, que foram Billings-Tamanduateí e Juqueri-Cantareira. Naquela oportunidade, dois Subcomitês ainda não haviam tomado suas deliberações, que eram Pinheiros-Pirapora e Cotia-Guarapiranga. E um terceiro Subcomitê, o Tietê Cabeceiras tinha deliberado, mas a deliberação foi questionada em virtude de prazos, e a própria Secretaria Executiva dos Subcomitês reconheceu que o processo também tinha sido pouco divulgado na região. Então, até por proposta do Secretário, acolhida pelo Plenário, se deu um prazo adicional de um mês, para o Subcomitê Tietê-Cabeceiras refazer o processo, divulgar e colher propostas, pedido de financiamento, e isso foi feito. Então, basicamente, as regiões sobre as quais falta homologar as deliberações dos Subcomitês são 3. Os senhores têm m em pasta, receberam essa relação dos projetos aprovados em cada Subcomitê. Então, o Tietê-Cabeceiras aprovou 6 pedidos de financiamento. Não sei se é o caso de ler um por um. (Pausa).

Basicamente pelo entidade solicitante, uma entidade não governamental, BIOBRAS, uma Fundação de Ensino da Universidade de Moji, um Instituto Estadual de Pesca, a Prefeitura de Itaquaquecetuba, a CATI e a Prefeitura de Suzano foram as solicitantes, com projetos, com objetivos diferenciados, no valor total quase aproximado da cota disponível para cada sub-região, que era de R$400.000,00. Então, esses são os projetos aprovados pelo Subcomitê Tietê-Cabeceiras.

Na região Cotia-Guarapiranga, da mesma maneira, o Subcomitê apreciou, depois de pontuação e classificação pela Câmara Técnica, e aprovou 7 pedidos de financiamento, que são esses que estão expostos. Um de um Centro de Educação e Cultura de Ação Comunitária; um da Prefeitura da Itapecerica; outro da Prefeitura de Embu; um da Prefeitura de São Paulo, Secretaria de Habitação; um da SABESP; um da Academia da Criança e Família; e um de uma ONG, S.O.S. Guarapiranga, também no valor total disponível.

Eu não estou descrevendo ou lendo cada um dos projetos porque os senhores receberam esse material com antecedência. É só parta dar uma idéia do elenco de propostas aprovadas.

E, finalmente, a Sub-região Pinheiros-Pirapora, o Subcomitê aprovou 5 projetos. Um da Prefeitura de Santana do Parnaíba; um da EMPLASA; um da Prefeitura de Pirapora; outro da Prefeitura de Itapevi; e outro de uma ONG regional lá de Carapicuíba, S.O.S. Lagoa também somando o valor total.

Então, basicamente, daqueles recursos remanescentes, esses são os projetos de Subcomitês aprovados que, como de praxe, precisaríamos homologar hoje aqui.

Ainda há um caso de um projeto específico, que os senhores recebem na pasta, que eu preferia apresentá-lo no desdobramento da reunião, e preliminarmente submeter à aprovação, à homologação desses 3 conjuntos de projetos dos Subcomitês.

Então, Secretário, eu sugiro como encaminhamento que, preliminarmente, o Comitê discuta a homologação desses 3 conjuntos de projetos. Em seguida, nós vamos para mais duas propostas de deliberação, que são diferentes desses projetos apresentados..

SECRETÁRIO - Atendendo a sugestão do Gerôncio, propomos, então, o procedimento. Os projetos são classificados ao nível dos Subcomitês. São aprovados, analisados por Câmaras Técnicas, pontuações, e são aprovados., Uma vez aprovados, eles precisam ser homologados neste fórum. Então, a proposta neste momento é homologar, ratificar aquilo que já foi aprovado a nível de Câmara Técnica nesses 3 conjuntos de financiamentos solicitados ao **FEHIDRO**. Alguém tem alguma observação?

ÂNGELO MELLE (Osasco) - Só para que não haja posteriormente qualquer prejuízo da entidade proponente e nenhum conflito de decisões, o Subcomitê Pinheiros-Pirapora acatou, preliminarmente, a entrada de uma proposta com mérito, mas fora do prazo anteriormente estabelecido, e a aceitação foi feita pelo Subcomitê Pinheiros-Pirapora, porém submetida a ser acatada por este Plenário. Então, eu gostaria que, para que depois não seja inviabilizada a atitude de aprovação aqui, que seja acatada ou decidida, deliberada sobre a indicação do Subcomitê, pelo acatamento da proposta do S.O.S. Lagoa.

SECRETÁRIO - Então, submeto, acredito que o Gerôncio pode dar maiores detalhes, esclarecimentos a esse respeito.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Talvez uma complementação do esclarecimento do Ângelo. A Câmara Técnica analisou esses projetos, no caso do Pinheiros-Pirapora, já sabendo também que já havia esse último da lista, apresentado um pouco fora de prazo. Quando foi submetido ao Subcomitê, o Subcomitê aprovou

os 4 primeiros, e discutiu esse último, do S.O.S. Lagoa, e acabou também fazendo uma moção de aprovação do projeto, no Subcomitê. Por isso que nós simplesmente incorporamos no quadro geral, porque foi aprovado o Subcomitê da região. Não é isso? É o que nos foi transmitido.

ÂNGELO MELLE - Não. O Subcomitê votou uma moção de apoio ao acatamento do recebimento fora de prazo, uma vez que o Subcomitê não havia se constituído ainda, não estava composto, quando foi estabelecida a data limite de 25 de agosto para recebimento de projetos. Então, isso foi estabelecido por este Plenário, pelo Comitê de Bacia. Então, como o Subcomitê se constituiu posteriormente, ele não tinha delegação para mudar essa data. Então, a Câmara Técnica analisou tecnicamente o projeto, recomendo-o ao Subcomitê, o qual acatou a recomendação e votou uma moção de encaminhamento para o Comitê de Bacia, para que aceitasse. Portanto, eu acredito que o Comitê de Bacia deve preliminarmente acertar esse recebimento posteriormente à data, e aí, sim, considerar o conjunto inteiro aprovado. Ou como for deliberado por aqui, de outra forma.

SECRETÁRIO - Está O.K. Nós acatamos a sua sugestão. Então, primeiro a proposta de que se acate essa proposta do Subcomitê aqui neste fórum. Todos estão de acordo? Acho que o procedimento, a formalidade, o mais importante foi cumprido, que significa discutir as questões e realmente priorizar aquilo que deve ser priorizado. Alguém que manifestar-se contrariamente? (Pausa). Então, consideramos aprovada essa proposta. E passamos à seguinte, que é a aprovação desse conjunto de programas no âmbito desses 3 Subcomitês, homologados pelo Comitê do Alto Tietê. Alguém tem alguma consideração a fazer? (Pausa). Então, todos favoráveis à homologação. Assim, os programas são considerados homologados, no âmbito do Comitê do Alto Tietê.

Gerôncio, dê continuidade, então, à questão FEHIDRO.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Então, basicamente a proposta de deliberação era essa.

SECRETÁRIO - Eu me antecipei.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Considerada aprovada. Com o esclarecimento de que sempre colocamos nas nossas deliberações, quando é o caso, para efeito de tramitação junto ao FEHIDRO, e ao próprio BANESPA, sempre caracterizamos que a modalidade de financiamento é sempre não reembolsável nesses projetos aprovados. E é o caso de todos eles. E por isso consta da deliberação. Creio que foi aprovada a deliberação, a homologação dos projetos, mas também isso faz parte da deliberação.

SECRETÁRIO - Eu agradeço o voto de confiança que vocês tiveram em mim.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - A segunda deliberação referente a FEHIDRO, não a projeto propriamente, é uma providência, é uma medida que estamos propondo, fixando um prazo, até 31 de dezembro próximo, para que aquelas entidades que já têm pedidos aprovados pelo Comitê, e que não conseguiram, estão inadimplentes com documentação técnica, financeira, e alguns casos pendentes há seis meses ou há um ano, que essas entidades tenham um prazo até 31 de dezembro, para se regularizarem em relação a essa documentação financeira. Se isso não ocorrer, o projeto é considerado caduco, sem prejuízo de que a entidade possa apresentá-lo num próximo certame, no ano que vem, quando tiver a documentação básica exigida.

Não sei se isso requereria maior explicação. Praticamente todos os outros, os demais Comitês estão fazendo isso, estão tendo esse procedimento há mais tempo. Aqui, no Alto Tietê, houve uma certa conduta liberalizante nesse sentido, porque havia, primeiro, a maior parte eram projetos considerados muito importantes para a Bacia. E entidades que não podiam momentaneamente começar a desenvolvê-los porque não estavam regularizadas com essa documentação. Não se teve inicialmente rigidez nos prazos, de certo modo propositadamente, mas esperando que essas entidades se regularizassem. Mas isso vem demorando demais e atrapalha todo o fluxo de andamento dos projetos, dos pedidos. Essa providência hoje é fundamental.

O Artigo 2º diz ainda que, nos próximos certames. Uma condição preliminar para apresentação de pedido de financiamento é a comprovação da entidade solicitante de que está em dia com aqueles documentos de natureza bancária. São basicamente atestado de FGTS, INSS e regularidade de tributos federais. Basicamente são os três documentos chaves.

UM DOS PARTICIPANTES - Gerôncio, isso acompanharia o pedido de enquadramento?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Nos próximos certames, quando for anunciado, vai ser dito que junto com o pedido de enquadramento o interessado comprove que dispõe daqueles documentos.

UM DOS PARTICIPANTES - Comprove ou declare?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Declare.

SECRETÁRIO - Eu só queria colocar um dado adicional, é que parece que já foi objeto de uma deliberação do próprio COFEHIDRO, que deve estar sendo publicado agora, exatamente esses pré-requisitos, para evitar justamente que fiquemos com essa demora nesse processo de viabilização de recursos. Está certo?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Só complementando, esse requisito aqui do Artigo 2º, embora não com as mesmas palavras, está numa deliberação recente do COFEHIDRO, que nós anexamos uma cópia ao material que os senhores receberam. É uma deliberação nesse sentido.

MICHELLE - Gerôncio, parece-me que aí está faltando só um artigo, então, que seria para onde iriam os recursos, os prováveis recursos advindos dessa falta de documentação. Não sei se seria o caso de colocar, porque senão a entidade pode pensar que o recurso dela está garantido, e no ano que vem ela reapresenta o projeto já com o recurso garantido.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Não sei se dá margem a esse tipo de entendimento. Se um projeto caducar, aquele recurso é incorporado ao Fundo, e no próximo certamente a entidade pode voltar a pleiteá0lo, mas ela não o tem garantido mais. Caducou o projeto. Não sei se precisa reforçar isso.

UM DOS PARTICIPANTES - Já houve um processo desse tipo.

MICHELLE - Já houve. Por isso que estou perguntando.

UM DOS PARTICIPANTES - De retomar o projeto anteriormente apresentado aqui no Comitê.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Aqui no Comitê?

UM DOS PARTICIPANTES - Aqui no Comitê.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não me lembro.

SECRETÁRIO - De qualquer forma, a proposta nesse caso é a seguinte. É que transformemos em caducidade e adicione alguma coisa no sentido de dizer que esses recursos serão automaticamente discutidos novamente para redistribuição.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Redistribuídos no novo certamente.

SECRETÁRIO - Exato.

MICHELLE - Só para ficar mais claro.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Tudo bem.

SECRETÁRIO - Perfeito?

UM DOS PARTICIPANTES - Poderia até ter um § 1º aí.

MICHELLE - Também.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Tudo bem.

Esta é a deliberação complementar a respeito dessa sistemática de FEHIDRO.

Se o Sr. Secretário quiser colocá-la já em deliberação, acho que facilita, porque a próxima é de natureza diferente..

SECRETÁRIO - Então, nós colocaríamos em deliberação esse item, onde basicamente no Artigo 1º, conforme sugestão, haveria um parágrafo único, dizendo que esses recursos seriam objeto de rateio no próximo certamente.

MARCOS BANDINI - Eu teria uma sugestão de alteração, um acréscimo aqui, de explicitação no Artigo 2º, sobre a questão do momento. Fica subentendido que é no pedido de enquadramento. Mas poderia ser explicitado, sob condição preliminar, quando da apresentação do pedido de enquadramento. Era esta a sugestão.

SECRETÁRIO - Talvez fosse até interessante repetir o que está escrito aqui na deliberação do COFEHIDRO, que é mais explícita nesse aspecto. Está certo? Então, o Gerôncio poderia depois simplesmente copiar.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Está no anexo.

SECRETÁRIO - Aliás, poderia até ter a leitura desse item a respeito, para ficar...

DARCI (SABESP) - Eu estou observando aqui no relatório dos projetos FEHIDRO, posição 30-11-98, que muitos projetos ainda não foram assinados e muitos deles ainda não se encontram nem no agente financeiro. E é um número bastante significativo. Eu gostaria de reconsiderar, que o grupo reconsiderasse essa data. Porque 31-12-98, nós temos aí feriados, enfim... E eu não sei no caso, por exemplo, de entidades, como Prefeituras, a própria entidade que eu represento, a ABES, então eu não sei exatamente a situação de todos. Mas, parece-me uma data um tanto quanto... Vejam bem no relatório de situação, no penúltimo quadro, agente financeiro BANESPA. Então, eu gostaria apenas de levantar essa questão para reflexão dos colegas.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Tudo bem.

Sr. Secretário, acho que falta um esclarecimento, e talvez uma correção, então, na redação. O que nós estamos propondo é que as entidades que já declaradamente não dispuseram dessa documentação básica, e que estão em atraso já há bastante tempo, elas têm até o dia 31 de dezembro. Para reforço disso, deveria ser dito que são relativos aos pedidos de financiamento de 1996 e 1997. Porque inclusive de 1998 houve dois certames neste ano, e o último nós estamos deliberando hoje. É evidente que uma entidade que está começando o processo hoje não vai conseguir até o dia 31 a obtenção desses documentos. Mas aí é outro caso. Nós estamos nos casos pendentes, antigos.

DARCI - Aí eu ficaria satisfeito, porque ficaria claro na deliberação qual o período. Porque, da forma como está, ela não está clara.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - São os pedidos referentes a 1996 e 1997. Por incrível que pareça, ainda há pedido de 1996, e de 1997 há vários, onde entidades não conseguiram ainda se regularizar. Então, para ficar ainda mais explícito, seria bom acrescentar isso então.

SECRETÁRIO - Aproveitando, então, e fazendo a fixação de prazo, para a regularização de documentação administrativa de pedidos de financiamento junto ao FEHIDRO, período de 1996 e 1997. Está certo?

Então, só para fechar até nós chegamos. No Artigo 1º. Nos teríamos um § 1º. Que explicita que esse recurso que não foi alocado vai ser rateado no próximo certame.

Eu até proporia, é uma questão, eliminar o Artigo 2º, já que existe uma deliberação do COFEHIDRO que dita as regras de como é que vai ser esse enquadramento. Está certo? Então, não seríamos redundantes ou dando margem a interpretações, já que todos têm essa deliberação do COFEHIDRO e vai passar a ser regra básica do processo. Quer dizer, inclusive ele explicita aqui nessa deliberação do COFEHIDRO como é que

se faz a nível de pedidos para projetos, elaboração de projetos, estudos, quais as seqüências, precisa ter termo de referência, enfim, é uma tentativa de operacionalização. Então, como já existe aquela deliberação, poderíamos até esquecer esse Artigo 2º. Então, esta seria, vamos dizer, a questão.

Na seqüência aqui temos o Ubirajara.

UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Eu só queria fazer uma colocação, talvez para avaliarmos, porque na verdade nós estamos, hoje, no final de 1998, nos dando conta de uma situação e de uma certa forma dando um corte quanto à não apresentação, quanto à não regularização dessa documentação de projetos, alguns até com 2 anos. O que eu talvez proporia ao Plenário e que estudássemos talvez transformar isso em uma norma constante. Quer dizer, dar um prazo limite, para que qualquer pedido de financiamento ao FEHIDRO, aprovado no Comitê, que ele tivesse um tempo para a apresentação da documentação pertinente. Quer dizer, 1 ano, não sei. Normatizar isso definitivamente. Porque senão no ano que vem poderemos achar que não, vamos esperar mais 6 meses, aí fica para um mês de 1999, e aí volta para o...

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Agora, a deliberação do COFEHIDRO é explícita sobre isso. Qualquer solicitante que vai entrar com o pedido, ele tem de entrar com a cópia dos documentos bancários, que é o que atrasa as entidades. Então, ele tem de estar em dia com isso no próximo pleito, o que não vinha acontecendo.

UBIRAJARA - Está legal. Quer dizer, esta é a obrigação de apresentar.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - É uma preliminar para ele se candidatar para obter um financiamento, demonstrar que ele está em dia com esses documentos, é condição prévia, de agora para frente.

UBIRAJARA - Quer dizer, no ano que vem, nós não vamos ter de fazer uma nova deliberação, em determinada época do ano, dizendo que até agora, quem não apresentou...

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não.

UBIRAJARA - Não vai ter isso?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Porque agora já é uma deliberação do COFEHIDRO.

UBIRAJARA - O.K.

BENEDITO HERNANDES (Prefeito de Franco da Rocha) - Como é feita uma qualificação, uma classificação no Subcomitê desses projetos, então se tem o primeiro, o segundo, o terceiro lugar. Não poderia seguir essa ordem? Quem está em primeiro, e não tem a documentação, esse recurso, de uma certa forma, seria transferido para o segundo colocado?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Nos casos passados, não houve esse tipo de recomendação. Quer dizer, nos casos aprovados até hoje. Daqui para frente., poderíamos pensar nisso. Mas como a condição preliminar é a de que a entidade, daqui para frente, tenha de ter a documentação, então não vai haver esse caso, a não ser desistência da entidade por outro motivo, que não esse de falta de documentação. Por desinteresse ou coisa assim. Aí passaria a prevalecer a classificação que o Subcomitê estabeleceu. Isso, eu acho bom nesse aspecto, porque às vezes, a maioria dos casos, num Comitê, são aprovados por ordem de classificação, a quantidade no limite dos recursos disponíveis. E os demais ficam na fila ou compõem um banco daquele Comitê, um bano de projetos, de pedidos. Então, isso realmente poderia ser adotado como critério, para quem desistiu por algum motivo, o pedido seguinte, que não tinha sido classificado, ele automaticamente é acolhido.

UMA DAS PARTICIPANTES - Gerôncio, e no caso de quem já assinou contrato e tudo, mas não gastou o dinheiro ainda porque questões, por exemplo, como licenciamento ambiental, e não utilizou o recurso?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Ah, esses são casos simples. Eu acho que já esclarecemos alguns casos.

UMA DAS PARTICIPANTES - São administrativos. Porque tem Itapecerica que tem esse caso. Embu.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Tem mais. Em todos esses casos, a tramitação é simples, do ponto de vista administrativo. A entidade justifica porque não cumpriu o prazo. O agente técnico, ou CETESB ou DAEE, conforme o projeto, concorda, manifesta concordância com isso. E se manda isso ao Banco, como justificativa de dilatação de prazo. Isso é coisa administrativa, é simples, não tem esse tipo de problema.

ÂNGELO MELLE - Gerôncio, só para uma questão de esclarecimento. A questão, o estabelecido da apresentação da documentação comprobatória de regularidade prévio, ele tem uma distância do momento da solicitação de enquadramento até o momento da assinatura do contrato com o BANESPA. E nós sabemos que muitos desses documentos têm validade periódica, e alguns deles são períodos curtos. Qual é a que vai valer de fato para a contratação, o primeiro ou o segundo período?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Essa questão que o Ângelo levanta é procedente. Como nós vamos regulamentar pela primeira vez, estamos fazendo isso agora, para os futuros certames, é preciso adotar um critério. Do jeito em que está escrito, a entidade tem de comprovar que dispõe daquilo. Porque pode ser diferente. A entidade comprova que dispõe anexando cópia desses 3 atestados básicos. Só que a cópia é data, digamos, daquele dia, daquele mês em que a entidade apresentou. E sabemos que alguns deles têm prazo de validade muito curto. É uma coisa a ser regulamentada. Mas o dispositivo é claro. Só aceita se a entidade comprovar que dispõe dos 3 documentos.

SECRETÁRIO - De qualquer forma, eu não tenho dúvida alguma de que, no momento da assinatura, tem de estar com algum válido.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Tem de estar com aqueles.

SECRETÁRIO - Mesmo que demore o processo. São exigências.

ÂNGELO MELLE - A conclusão é a de que vai ter que ter na entrada da solicitação e na assinatura do contrato, não há dúvida.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - É bem provável. Porque às vezes a tramitação demora mais do que 60 dias e um deles já venceu nesse prazo.

SECRETÁRIO - Ou seja, nós vamos ter, podemos ter problemas, não que vamos ter problemas, mas são problemas em geral solúveis. Porque quem fica pendente algum tempo, em geral acaba sendo temporário esse processo. Quer dizer, acaba-se resolvendo essa questão. Se se tem o documento hoje, dificilmente não vai conseguir daqui a algum tempo. Mas, enfim, é impossível sabermos. Está certo?

UM DOS PARTICIPANTES - A respeito do tempo em que o agente técnico dá o seu parecer.

UM DOS PARTICIPANTES - É sobre isso que eu quero falar agora.

UM DOS PARTICIPANTES - Nós temos, então, projetos de 1997 e de 1998. Em 1998 tem parecer do agente técnico anterior ao de 1997. Em 1997 demorou mais de um ano. Acho que deveria ser definido também um tempo para isso. Quer dizer, projeto de 1997, demorou mais de um ano para saber onde que estava. Agora que eu recebi uma carta dizendo que estava faltando o cronograma financeiro, que eu nem entendi porque, uma vez que já foi encaminhado.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não sei se será o caso de discutir casos pontuais. Ma o tempo médio foi estabelecido já pelo COFEHIDRO, não pelo Comitê, já há mais de um ano, para os agentes técnicos, tanto CETESB como DAEE. O tempo médio ficou fixado em 20 dias, quando foi estabelecido.

UM DOS PARTICIPANTES - Só que nesse caso demorou mais.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Depois, com o acúmulo de pedidos para todo o Estado, para os 20 Comitês, os agentes técnicos estão atrasando. Principalmente, na maioria, no caso do Alto Tietê, vai para a CETESB, o que está sobrecarregando a equipe lá, e assim atrasa mais de 20 dias. Mas não um ano. Quer dizer, quando houver um atraso desse tipo, e nós temos recomendando, que o próprio se dirija ao agente técnico, para saber o que está ocorrendo com o projeto dele, porque não é uma demora normal. Mas, respondendo, o prazo médio fixado pelo COFEHIDRO para os agentes técnicos é de 20 dias, para dar um parecer sobre o projeto. E o que temos recomendado a cada solicitante é que, decorrido esses 20 dias, se não veio o parecer, entre em contato direto com o agente técnico, para agilizar, porque é sobrecarga, não deve ser outro motivo.

SECRETÁRIO - Antes só de o senhor fazer a sua colocação, eu queria continuar nessa linha de esclarecimento. Vejam, nós estamos procurando acelerar, integrar mais essa questão Secretaria Executiva dos Comitês, FEHIDRO, COFEHIDRO, Secretaria Executiva do FEHIDRO e agentes técnicos. Ainda existe efetivamente algo que não está muito mais. Por mais que se regulamente e dite as regras, às vezes vem um projeto que foi enquadrado e o agente técnico tem aquela dificuldade de aprovar, de entender direito etc. Quer dizer, isso é algo sobre que nós vamos trabalhar, temos de trabalhar. Quer dizer, não vai ser aqui que nós vamos conseguir resolver essa questão. Mas nós estamos procurando justamente, primeiro, colocar tudo isso de forma computadorizada e que possamos ter acesos por INTERNET, para acompanhar etc. Deveremos ter agora, em dezembro ainda, os recursos alocados para cada Comitê, numa subconta do BANESPA. Então, aquilo que está escrito na legislação vai passar a vigorar agora a partir do final do ano. Então, vai ter visibilidade de quanto de recurso tem no caixa. Enfim, são coisas que estão acontecendo e que dependem justamente de uma estruturação, e principalmente de integração entre as partes, falar a mesma língua. Isso nós estamos enfatizando, e, obviamente, sem dúvida que a Secretaria Executiva, os Comitês vão ser uma peça importante nesse processo.

VIRGÍLIO (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC) - Eu queria, já que se está falando disso, socializar aqui alguns problemas. Segundo a Leny, que é agente técnico do FEHIDRO , o M.D.V. foi a primeira ONG que conseguiu de fato ter recursos do FEHIDRO. E por conta disso, as dúvidas, tudo que é dúvida, passamos dois, três dias para ser resolvida. Quer dizer, nós estamos sendo cobaias para estar resolvendo esse problema de dúvidas, por ser a primeira. Mas, uma coisa que está intrigando é a seguinte. A primeira parcela, a primeira etapa do nosso projeto, que foi de 3 meses, venceu. Levamos um relatório de atividades para ser aprovado, para ser liberada a segunda parcela, e isso passou mais de 20 dias para ser analisado. Quer dizer, quase que paramos com o nosso projeto no meio, de tão bonito que está, por conta de atraso de agente técnico, para aprovar, para poder ser liberada a segunda parcela. Então, são dificuldades que quem estar resolvendo, olha, eu trago uma série de experiências já.

SECRETÁRIO - Bom! Primeiro, eu agradeço as suas observações, e não titubeiem. Por favor. Procurem a Secretaria Executiva, porque nós vamos ter de agilizar esse processo. Quer dizer, nós aprendemos a operacionalizar o FEHIDRO primeiramente. Acho que nós não conseguimos fazer funcionar. Conseguimos com várias alternativas, por exemplo, a modalidade não reembolsável. E, agora, estamos vencendo dificuldades operacionais. Agora, se não vier o problema, vamos criar esse problema, para que ele, efetivamente, seja agilizado. Esta é a orientação, e assim vai acabar acontecendo. Eu não tenho dúvida alguma.

Então, nós submetemos ao Comitê a aprovação da Deliberação nº 13. Cuidado! Deu zebra. Que se refere, corrigindo aí, aos anos de 1996 e 1997, eliminando o Artigo 2º, já que existe uma deliberação do COFEHIDRO, que regulamenta todos os Comitês, e inserindo um parágrafo único no Artigo 1º, explicitando que esse recurso vai ser objeto de rateio no próximo certame, no certame seguinte.

Perfeito? É isso?

MARCOS BANDINI - É. Existe uma consideração, que ainda não tem ainda uma posição aqui da plenária, sobre a questão do prazo. Há uma posição do Gerôncio, quanto à justificativa técnica, mas que ficou no ar.

Então, eu sugeriria que pelo menos fosse explicitado que deverão regularizar a documentação pertinente até 31 de dezembro, ou apresentar justificativa - esta seria a sugestão - sob de pena de...

SECRETÁRIO - Veja. Eu entendi que essa questão de justificativa é um assunto que não é exatamente em relação a este aspecto. Quer dizer, é uma dificuldade operacional em que todo mundo ocorre, inclusive os de 1998, de justificativa. Ainda nessa linha, essa justificativa, nós estamos procurando que vá diretamente para o BANESPA, e se for alguma coisa muito séria, do tipo tem dois anos etc., aí, sim, se ele não tomar a decisão de cortar, ele passa ou para a Secretaria Executiva ou para o FEHIDRO. Mas, questões desse tipo, justificativas corriqueiras de atrasou por causa disso, faltou a documentação, agora nós estamos providenciando etc., isso aí o próprio BANESPA teria autonomia para acatar e automaticamente incorporar isso no processo. Mas isso já faz parte de um procedimento normal que eu entendi que não tem a ver especificamente com essa deliberação.

Então, estamos todos de acordo com essa Deliberação nº 13?

ÂNGELO MELLE - Com as observações feitas.

SECRETÁRIO - Com as observações feitas? (Pausa). Então, está aprovada a deliberação.

O próximo assunto, Gerôncio.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Ainda com relação aos recursos do FEHIDRO remanescentes deste ano, nós estamos propondo uma deliberação, por solicitação do Projeto Billings, do Grupo Intergovernamental do Projeto Billings, de destinar uma parcela de recursos àquele projeto, para a implantação de um modelo de monitoramento de qualidade de água na Bacia Billings. Foi um modelo, é uma recomendação de especialistas. Isso viria em continuidade aos estudos que estão sendo desenvolvidos pelo projeto Billings. E eles pleiteiam esse recurso, no valor de R$138.000,00, para a implantação desse modelo de monitoramento.

O que está dito aí, mas que deve ser esclarecido em seguida, porque nós vamos solicitar à Coordenação do Projeto Billings que explicite essa pretensão, o que nós tomamos conhecimento, inclusive em reunião com a equipe do Projeto Billings, é que esse modelo é necessário não só para a Billings, mas deverá ser estendido para todos os reservatórios da Bacia, para Guarapiranga também e para os demais.

Preliminarmente, eu solicitaria ao Coordenador do Projeto Billings, Engenheiro Lavrador, se estiver presente, que fizesse uma apresentação e esclarecimentos melhores dessa solicitação. Em seguida, nós apreciaríamos.

LAVRADOR - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu não sou o Coordenador do Projeto Billings. Eu sou Coordenador pela Secretaria de Recursos Hídricos, uma vez que o Projeto Billings é um projeto do Governo do Estado, que tem a participação de 3 Secretarias: A Secretaria de Recursos Hídricos, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Energia.

O Projeto Billings foi instituído formalmente em abril de 1997, através de um decreto do Governador do Estado. Ele tem como missão viabilizar a utilização do reservatório para o abastecimento público, buscando os usos múltiplos, através da melhoria da qualidade da água no sistema e de uma nova forma, de uma nova sistemática de gestão das águas do sistema do Alto Tietê.

Quando ele foi instituído, ele foi organizado em macro atividades, em grandes macro atividades. Uma dessas macro atividades diz respeito à elaboração de monitoramentos, banco de dados e modelos de simulação. O monitoramento que se destina e que se destinou fundamentalmente a levantar informações mais adequadas sobre o Sistema Billings, sobretudo no que diz respeito à qualidade, o que já foi feito, mas também à questão da quantidade, foi um monitoramento já implementado e já desenvolvido ao longo dos anos de 1997 e 1998, tem a sua continuidade agora. É um monitoramento extremamente amplo, tanto na sua extensão geográfica, pois abrange não só a Bacia Billings, mas também todo o efeito das novas regras operacionais da Billings. Então, nós vamos com esse monitoramento até Barra Bonita. Monitoramos todos os parâmetros físico-químicos tradicionais e outros parâmetros não tradicionais, para termos uma boa idéia desse sistema, de como é que está se comportando a Billings e de como é que está se comportando o Médio Tietê, com as atuais regras operacionais.

Esse monitoramento foi elaborado durante o ano que passou. Deve ter continuidade. E nós estamos na fase final da elaboração das conclusões desse trabalho. E assim que ele estiver pronto, ele vai ser disponibilizado a todas as entidades, a todos os órgãos envolvidos, aos Comitês envolvidos e tudo o mais.

Para a outra parte dessa macro atividade se destina, previa-se a identificação de modelos de simulação de qualidade da água que pudessem nos dar respostas do comportamento do reservatório, sob diversos cenários operacionais da Bacia do Alto Tietê. Vai utilizar como insumo de calibração esse monitoramento que já foi feito. E vai utilizar também insumo de calibração novos monitoramentos que deverão ser feitos.

Mas, na busca de uma ferramenta adequada para essa modelagem, o projeto Billings, através de uma verba destinada pela Secretaria de Meio Ambiente, que conseguiu essa verba dentro do Projeto Guarapiranga, dada a similaridade das questões e as interfaces das questões, sobretudo em face da transposição do Braço do Taquacetuba para o Guarapiranga, com essa verba disponibilizada pela Secretaria de Meio Ambiente, que faz parte do projeto, foi elaborado um estudo onde se identificou, em nível internacional, modelos de simulação de qualidade da água que fossem adequados a dar respostas à complexidade do reservatório Billings, à complexidade operacional que envolve esse reservatório, à complexidade hidrodinâmica desse reservatório, e à complexidade liminológica desse reservatório.

Durante o ano de 1998 sobretudo se fez esse estudo, e foram levantados alguns modelos que seriam adequados a essa finalidade. E se centrou em um determinado modelo, que foi apresentado aos componentes e aos participantes do Projeto Billings. Agora, nós estamos na fase onde precisamos adquirir esta ferramenta e implantá-la para o reservatório. Para implantá-la, nós vamos precisar de uma consultoria internacional que está associada aos elaboradores do modelo, aos donos, entre aspas, do modelo. E de uma consultoria nacional que possa fazer a interface entre a consultoria internacional e os órgãos envolvidos nessa questão.

O modelo se destina, neste momento, especificamente ao reservatório Billings, mas é um modelo que na seqüência poderá, se assim for o caso, ser também adaptado aos demais reservatórios do Alto Tietê, e eventualmente até a outros reservatórios.

Esta é a apresentação que eu gostaria de fazer. E nós estamos na fase, então, de contratação da aquisição do modelo e do início da implantação. Os recursos que nós precisamos não são muito grandes, são esses que estão aí disponibilizados no primeiro momento, para que possamos dar partida a esse processo, para que não se interrompa o processo que está se desenvolvendo e que se desenvolveu ao longo do ano.

Era isso que eu tinha a falar.

Obrigado.

BONFILIO - Eu só gostaria de registrar que eu fiz uma observação, uma análise bastante parcial da proposta aqui. Parece-me que é oportuna a contratação, tendo em vista que, como o próprio Engenheiro Lavrador colocou, esse modelo pode ser transportado, já aí com um custo menor, tendo em vista a tecnologia já incorporada à concessionária, ele poderá ser aplicado aos outros reservatórios, gerando aí um custo-benefício enquanto modelo gerador de índices para a formulação de projetos de intervenção e de recuperação desses outros reservatórios também.

SECRETÁRIO - Alguém mais quer manifestar-se? Por favor.

MARCOS BANDINI - Eu queria também encaminhar favoravelmente ao pedido, mas solicitar aos Coordenadores que nos próximos procedimentos, em nome do Subcomitê de Bacia, façam chegar em paralelo, ou preliminarmente, as informações ao Subcomitê Billings-Tamanduateí.

VIRGÍLIO - Eu queria saber se está subentendido que após esses estudos serem feitos, se estará disponibilizado esse material para o Comitê e para os Subcomitê. E quem sabe colocar isso como uma recomendação.

SECRETÁRIO - Deixem-me fazer uma observação. Essa faz parte de outra deliberação do COFEHIDRO agora, recente, desse pacote. Podemos até falar em pacote, porque foram vinte e poucas deliberações, e uma dessas deliberações é a seguinte. Para a utilização de recursos do FEHIDRO é condicionante, primeiro, que toda a informação seja de domínio público. Está certo? Então, todos os projetos que estão usando de alguma forma recursos do FEHIDRO, eles são de acesso mútuo. Ou seja, principalmente informações, sistema de informações, banco de dados e mesmo projetos. Então, esse é um outro aspecto que no contrato com o BANESPA constam já esses itens, são pré-requisitos. Mas, de qualquer forma, é sempre bem lembrado. Mas, por incrível que pareça, não estava inserida ainda em uma norma interna de financiamento. Então, sem dúvida, tudo aquilo que for aprovado, é de domínio comum, em especial do Comitê e Subcomitê interessados.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Eu só queria fazer uma complementação, mais no sentido de encaminhamento da proposta que está sendo feita. Nós já verificamos que há disponibilidade de recursos neste ano, desses remanescentes. E que a destinação seja apreciada aqui e aprovada. Em caso de ser aprovada, tecnicamente, seguindo a praxe de todos os nossos projetos, e a metodologia de trabalho, a proposta técnica teria de ser apreciada pela Câmara Técnica de Qualidade de Águas do Comitê , antes do prosseguimento normal junto às instâncias de FEHIDRO e agente técnico. Aqui seria aprovada unicamente a destinação do recurso. A consolidação da proposta seria previamente apreciada pela Câmara Técnica de Qualidade de Águas do Comitê. Evidentemente, num prazo razoável que dê tempo de prosseguir os estudos e de não interrompê-los por muito tempo.

UMA DAS PARTICIPANTES - Gerôncio, eu gostaria de fazer uma solicitação. Não só à Câmara Técnica de Qualidade, mas também à de Quantidade e de Planejamento. Por favor. Porque a questão aí da Billings envolve não só, esse modelo vai ser importante para estar verificando a qualidade, mas ele passa também pela questão da quantidade.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Concordo.

VIRGÍLIO - Eu acho também que deveria passar pelo Subcomitê Billings-Tamanduateí.

SECRETÁRIO - Vejam bem. Primeiro, acho que quanto ao mérito não se questiona a importância dessa solicitação e desse instrumento como um instrumento decisório relevante e gestor dessa questão na área de mananciais. Então, acho que isto aqui nós podemos considerar como uma unanimidade.

A novidade é por conta desse não seguimento da seqüência natural, vamos dizer. Nós recebemos essa solicitação. Não passou ainda pelo crivo das Câmaras Técnicas. Então, parece-me razoável que, quanto ao mérito, nós propuséssemos no âmbito deste Comitê a aprovação desse projeto, mas que pudéssemos submeter aos fóruns nec4essários. Então, dentro dessa questão de submeter aos fóruns necessários, parece-me que um dos pontos relevantes é o problema de cronograma, de prazos. Está certo?

Então, eu não tenho dúvida de que é altamente interessante, desejável e necessário que percorra todos os trâmites. O que precisamos fazer é algo que se torne operacional. Se não, de repente, aquela questão que nós estamos querendo fazer com que as coisas andem e nós vamos ficar retardando esse tipo de processo. Então, como se trata, na verdade, de uma questão que é mais de detalhamento e de conhecimento um pouco técnico da proposta, acredito que a proposta vai conter que no próprio acompanhamento desse trabalho vai ser feito no âmbito desses fóruns que já foram citados, quer dizer, não diz respeito só à passagem dessa proposta, mas também à própria forma de desenvolvimento do trabalho, obviamente deve constar que vai ser acompanhado ao nível de Câmaras Técnicas, Subcomitês e também do próprio Comitê do Alto Tietê, já que me parece que este é um assunto de alta relevância.

Então, a questão que fica, eu não sei como encaminhar isso aí, mas, vamos dizer, como poderíamos fazer esse trâmite, e aí é que vem a questão que os senhores estão mais acostumados do que eu, se podemos matar esse processo de uma forma mais rápida. Quer dizer, ou fazer uma reunião conjunta de Câmaras Técnicas, para que possamos, porque, vejam, nós estamos em dezembro. Eu imagino que não vai ser fácil nesse período fiarmos agendando muitas reuniões. Então, o meu questionamento é nesse sentido. Como é que nós poderíamos, de uma forma pragmática, tentar atender a todas as solicitações, mas de uma forma objetiva, de maneira que não paralisássemos esse processo.

UBIRAJARA - A Secretaria de Energia é participante do Projeto Billings. Eu gostaria de falar o seguinte. Primeiro, que há a questão do COFEHIDRO aí, e, obviamente, esses são recursos públicos do FEHIDRO. Quer dizer, esse estudo, e na verdade talvez até a tecnologia vai estar disponível aí. E os resultados dos estudos vão ser amplamente discutidos aqui no Comitê de Bacia.

Segundo, que o projeto Billings foi uma tentativa, e é uma tentativa do Governo do Estado, de integrar os 3 maiores interventores, vamos assim dizer, por parte do Estado, na Bacia do Alto Tietê. E como o Engenheiro Lavrador falou, o Projeto Billings se dá através de algumas macroatividades. Uma delas, que não é essa do monitoramento, é a questão da articulação inter-intitucional. Então, o Projeto Billings tem toda uma série de mecanismos de discussão e de apresentação, inclusive um deles está em urso, que é a elaboração do Programa de Recuperação Ambiental da Bacia Billings, que vem sendo discutido pelo menos a nível preliminar, quer dizer, ele não está completo, não está fechado, está-se elaborando um termo de referência, inclusive com uma tentativa de atrair recursos internacionais para financiá-lo e tal, no sentido de estar, obviamente, discutindo com toda a população

envolvida, e não só com os Comitês, e aí é uma coisa até mais ampla, as questões da represa Billings e do sistema Billings, que é uma coisa que o Estado tem muito claro, que sem a articulação entre os órgãos de governo e dos órgãos de governo com a sociedade, a solução, que seja a médio prazo, para a Billings, ela não é viável.

Então, eu entendo que essas colocações de discutir no Comitê , eu não vejo problema nenhum. Acho que o Projeto Billings pode agendar essas reuniões no prazo mais curto. Mas eu só queria dizer o seguinte. Se derem uma verificada na programação da implantação desse sistema, vamos ver que dentro de um prazo de pelo menos 180 dias, não vamos ter nada concretamente para estar discutindo em termos de resultado. Porque basicamente á uma etapa de trazer a consultoria, adaptar essa modelagem, fazer testes, balizamento e calibragem, de alguns parâmetros, até à luz dos dados que já se tem, da série histórica de dados que já se tem sobre a qualidade das águas da represa Billings.

Então, eu acho que hoje, concretamente, iria ser uma reunião de técnicos com o Comitê. Eu vejo o seguinte. Eu acho que fica o compromisso de o projeto Billings, através da Secretaria de Energia, do próprio Coordenador, de a partir de agora, de a qualquer momento fazer essas reuniões com os Comitês, se bem que eu acho que já existe, dentro do Projeto Billings, uma interação institucional, onde as discussões vão ser trabalhadas junto à população. Mas, enfim, eu só acho que nesse momento agora, quer dizer, condicionar isso à aprovação fica meio sem sentido. Porque é só os senhores verificarem aqui, vai ter uma aquisição do modelo. Aí se tem a vinda dessa consultoria internacional para cá. E 3 meses para se ter uma adaptação dos elaboradores do sistema para o nosso problema. Aí vai ter uma consultoria nacional que vai estar dimensionando, com as equipes da CETESB e de outros órgãos do Estado, que tipo de informação, que estrutura vamos ter, para estar alimentando esse sistema, para daí, então, começarmos a rodá-lo, calibrá-lo e começar a ter resultados concretos. Quer dizer, não é uma coisa assim que nós temos dados ou de grande relevância. É óbvio que o assunto é extremamente relevante. Mas eu acho que não tem a condição de ficar vinculado.

De qualquer forma, acho que até que poderia ser instituído, no âmbito do Comitê aqui, uma comissão, ou sei lá, um grupo de pessoas, para estar acompanhando, ou mesmo uma informação periódica para o Comitê, do andamento desse projeto pelo Projeto Billings. Eu não vejo problema. Só que eu não acho que tem muito sentido a condição de se vincular, porque realmente não faz muito sentido neste momento, por estar em uma fase muito técnica.

DARCI - Eu gostaria de pedir um voto de confiança ao Projeto Billings, para que nós possamos aprovar, independentemente da passagem pela Câmara Técnica. Mas gostaria que passasse pelas Câmaras Técnicas, quer dizer, em uma reunião de unidade.

Eu acho que nós devemos evoluir para a interação e discussão desses assuntos nas Câmaras Técnicas.

Agora, eu quero sugerir mais do que isso. Que este Comitê encaminhe um convite ao Projeto Billings, num futuro próximo, para estar apresentando aqui o estado de encaminhamento do projeto Billings e dentro dele, do Programa de Recuperação Ambiental da Represa Billings.

Como nós recebemos hoje informações do projeto de Macro Drenagem, e dada a inter-relação entre o Projeto de Macro Drenagem, o Projeto Billings, o Plano Diretor de esgotos, o projeto Tietê, eu acho mais do que justo nós, membros deste Comitê, termos o acompanhamento do estado em que se encontra esse projeto.

VIRGÍLIO - Eu não quero criar nenhum obstáculo quanto a isso, até porque eu, a exemplo do Bandini, já declaro o meu voto favorável.

Agora, pelo que eu sei, cabe ao Subcomitê Tamanduateí-Billings discutir as questões da Sub-Bacia.

Portanto, eu acho que é mais do que correto que esses assuntos sejam discutidos no âmbito do Subcomitê Tamanduateí-Billings e que de lá venha para cá. É norma. Para que o Subcomitê Tamanduateí-Billings, se estão discutindo sobre o reservatório em outra instância? É lá a instância correta para se discutir.

Agora, se vai juntar as Câmaras Técnicas, isso é outra questão que nós poderemos conversar.

Mas, eu entendo, enquanto movimento ecológico que atua na região da Billings, que tudo que tem a ver com a discussão do reservatório tem de passar pelo Subcomitê, que é o órgão oficial para isso.

UM DOS PARTICIPANTES - Eu só queria fazer um comentário também, no sentido de que também concordo que deve ser aprovado e que também deve-se evitar maiores protelações, para que isso possa andar. Mas muito em função da observação do representante de Energia, parece-me que as questões técnicas têm de ser discutidas preliminarmente também, e não apenas nos seus resultados.

Pegando esse exemplo, na Atividade 3 do Anexo, fala-se em montagem das bases e dados para as simulações. E no primeiro item, fala-se na formulação de hipóteses sobre a afluência de vazões e cargas ao reservatório e definição de 4 cenários a simular. Com e sem bombeamento de Pedreira, em duas estações climáticas, inverno e verão.

Essas são questões que têm um fundo de muita polêmica inclusive, que têm uma base técnica, mas não exclusivamente.

Eventualmente, alguém pode achar que precisa ter alguma outra dinâmica nessa montagem. Pode não serem apenas esses 4 cenários. Pode haver necessidade de mais cenários. E coisas desse tipo. Não quero entrar no mérito. Apenas dizer que nessas situações o ideal é ter alguma discussão preliminar, para ver qual que é a modelagem da modelagem inclusive, para poder andar de uma forma melhor possível.

Mas também acho que não se deve protelar e deve-se aprovar;

SECRETÁRIO - Tentando colocar isso numa deliberação, este fórum aprovaria os projetos, a destinação dos recursos. A proposta que foi colocada, independente dos pareceres das Câmaras Técnicas, mas com a seguinte condição. Vai haver, independentemente de qualquer coisa, a submissão desse programa no âmbito das Câmaras Técnicas, de preferência uma reunião conjunta entre Câmaras Técnicas de Qualidade da Água e Planejamento e ainda de Quantidade de Água do Comitê do Alto Tietê e mais a Câmara Técnica do Subcomitê Billings-Tamanduateí. Está certo? No curto prazo, então, a proposta de uma reunião, quer dizer, estaríamos aprovando, hoje, independente de qualquer coisa, o encaminhamento dessa proposta para submissão ao FEHIDRO, encaminhamento, então, ao órgão técnico para análise. E em paralelo, isso aí vai ser discutido e submetido, mas sem ser pré-requisito, nas Câmaras Técnicas do Comitê e Subcomitê conjunto, e adicionalmente a apresentação, pela Coordenação do Projeto Billings, que extrapola essa questão específica, do andamento global desse Projeto Billings, não só para este Comitê, mas também para o Subcomitê Billings-Tamanduateí. Vamos ver se isso contempla.

VIRGÍLIO - Eu acho que começa a melhorar. Já se que se falou do Projeto Billings, já que estão aqui representantes desse Projeto Billings, eu gostaria que o resultado do que foi feito fosse apresentado ao Subcomitê Billings-Tamanduateí, para que tenhamos uma discussão em relação a isso.

SECRETÁRIO - Sim. Parece-me que todo o andamento necessariamente vai passar pela apresentação em Câmaras Técnicas, incluindo a Câmara Técnica do Subcomitê. Isso aí é ponto pacífico, para que o Projeto tenha sucesso. Está certo? Eu não acredito em nenhum projeto que não passe pelo maior interessado, que é o deliberador local. Então, isso aí eu acho que não há como contrariar.

Então, essa é a expectativa? Traduzi? (Pausa)

Gerôncio, você escreve essa deliberação?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Está taquigrafado.

SECRETÁRIO - Então, já fica convidada a Coordenação do Projeto Billings, para apresentação, talvez na primeira reunião deste Comitê. E também, aí fica uma questão do Subcomitê Billings-Tamanduateí, talvez, Virgílio, você fosse o agente que enviaria um convite direto à Coordenação do Projeto Billings, para uma apresentação na primeira reunião de vocês.

]

VIRGÍLIO - Aí é para um esclarecimento. Eu sugiro que o Coordenador da Câmara Técnica faça isso, e que está aqui e que é o Bandini.

Eu queria, então, um esclarecimento. Se isso fica como uma recomendação ou como uma exigência, essa discussão nas Câmaras.

SECRETÁRIO - Eu acho que é exigência.

VIRGÍLIO - É exigência, certo?

SECRETÁRIO - Isso é parte do grupo de acompanhamento.

Tudo bem? Alguém que apresentou o projeto tem alguma coisa contra essa questão?

UM DOS PARTICIPANTES - Não. Nós estamos à disposição.

SECRETÁRIO - Quanto mais gente tiver no barco, melhor. Está certo?

UBIRAJARA - Precisaria talvez verificar o mesmo rigor com outros projetos apresentados aqui. Provavelmente n futuro vamos discutir isso um pouco mais. Esse rigor no acompanhamento e fiscalização dos projetos também candidatos a financiamentos, pelos Subcomitês e pelas Câmaras Técnicas do próprio Comitê.

SECRETÁRIO - Ponho em votação, então? Quem for contrário a essa deliberação recém-criada, que se manifeste. (Pausa). Então, nós aprovamos a Deliberação nº 14. Certo, Gerôncio?

Sobre FEHIDRO, acabou, Gerôncio?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Acabou.

SECRETÁRIO - Então, passamos ao último assunto da pauta. E eu queria registrar que nós temos um quorum aqui excepcional. De 48 Conselheiros, nós temos mais de 40 presentes. Então, é algo realmente excepcional. Eu agradeço aí a presença. É um quorum realmente expressivo e participativo.

Item IV.2 - Constituição da Comissão Eleitoral para o mandato 1999-2000 do Comitê e dos Subcomitês.

SECRETÁRIO - Então, nós estamos numa fase transicional e o Regimento que nós devemos ter eleições aí ou substituições na composição desse colegiado. Gerôncio?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - A proposta de deliberação também foi entregue. O segundo mandato do Comitê encerra-se agora em dezembro. Então, nós já teríamos de cuidar de proceder ao processo eleitoral, para o mandato de 1999-2000. Então, essa deliberação, sinteticamente, está propondo a criação aqui de uma Comissão Eleitoral. E como todas as comissões que nós criamos são tripartites, com 6 membros, 2 de cada segmento, para coordenar o processo eleitoral no Comitê e nos Subcomitês.

As atribuições são essas. A Comissão teria de estabelecer os procedimentos, o regulamento do processo eleitoral, obedecendo os Estatutos. Divulgar o processo e principalmente proceder ao cadastramento das entidades e das sociedades civis em cada região, e no âmbito da Bacia inteira. E supervisionar o processo eleitoral nos Subcomitês também.

No Artigo 4º se prevê que no âmbito de cada Subcomitê, e a critério do Subcomitê, seja também criada uma Comissão ou aproveitado o organismo já existente. Os Subcomitês às vezes têm um grupo executivo, que já é tripartite, que poderia em tese dar conta de fazer o processo eleitoral na sua região. Ou, então, o Subcomitê cria uma Comissão específica para essa finalidade. Mas, o processo seria simultâneo.

A essência da deliberação é essa. Nós criaríamos aqui uma Comissão Eleitoral, e, paralelamente os Subcomitês criariam as suas Comissões locais, para agirem em sintonia.

Em anexo a essa deliberação, nós sugerimos, não para aprovação aqui ainda, mas como um roteiro para essa Comissão que for constituída, um calendário geral das atividades do processo eleitoral.

Nós começaríamos o processo já agora em dezembro. Aqui está escrito dia 10, mas pelo menos até o dia 15 deste mês de dezembro me parece razoável, com o anúncio, publicação em "Diário Oficial" etc. Isso significa que a Comissão Eleitoral teria de ser constituída hoje aqui, já com os nomes, com as indicações, para que ela se reunisse rapidamente e melhorasse essa tentativa de regulamento que estamos propondo.

Depois daríamos 2 meses para o cadastramento das entidades da sociedade civil, em cada sub-região e na Região Metropolitana inteira.

Aparentemente é um prazo longo, mas por processo anteriores vimos que nesse mês de janeiro é muito difícil fazer essa divulgação e mobilização. É um mês de desativação geral, férias e essas coisas. Então, por precaução, estenderíamos até 10 de fevereiro o período de cadastramento, começando em 10 ou 15 de dezembro.

E 10 dias depois, no dia 20 de fevereiro, nós faríamos Assembléias Gerais, para a escolha dos representantes em cada sub-região e para o Comitê.

E nesse mesmo prazo, até dia 20 de fevereiro, o segmento do Estado, que já vai estar sob novo governo, indicaria os seus representantes. E o segmento dos Municípios, não está escrito aqui, mas teria de estar no regulamento, escolheria, por sub-região, 3 Prefeitos de cada sub-região, que é o que dispõe o Estatuto. O nosso segmento é na base de 16 para cada segmento. Então, as 34 Prefeituras, por sub-região, entre si escolheriam os 3 por região, para compor este Plenário aqui do Comitê.

Feito isso, então, haveriam já reuniões específicas para eleição e posse, no Comitê e nos Subcomitês.

Este é o calendário geral proposto.

Com isso, a deliberação diz na parte final proposta que o mandato da atual Diretoria, deste Plenário inclusive, seria estendido por 60 dias, seria prorrogado por 60 dias, até final de fevereiro.

Isso, só para recordar, quem não participou na época, na vez passada, há dois anos, adotou-se o mesmo procedimento, esse de prorrogação de mandato, já que se torna inviável fazer um processo eleitoral desses num prazo muito curto.

Basicamente, esta é a proposta.

SECRETÁRIO - Alguém quer fazer algum comentário? Vejam, nós só estamos discutindo a questão da deliberação que constitui a Comissão, e não o Anexo, que dá cronogramas e coisas dessas ordem.

BONFILIO - A minha observação é exatamente nesse sentido, de sugerir que o Anexo seja considerado apenas uma sugestão.

SECRETÁRIO - É exatamente essa a idéia.

BONFILIO - Ao passo que há algumas questões aqui que já são polêmicas até, da forma como estão colocadas. Era só isso.

SECRETÁRIO - Sem dúvida.

ÂNGELO MELLE - Eu gostaria de fazer uma observação, para que ficasse explícito que o Subcomitê Pinheiros-Pirapora, que se constituiu agora, recentemente, mantém ou não mantém a sua composição, pelo período do próximo biênio. Este é um esclarecimento que é necessário ser dado, porque são citados aqui os outros 4 Subcomitês.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - É.

ÂNGELO MELLE - Eu entendo que este se constituiu agora, acabou de compor, terminou de montar a sua composição. Então, entendo que esse Subcomitê mantém o seu mandato pelo próximo biênio. Mas, acredito que nessa resolução deve estar explícito se sim, ou se não.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. A idéia é a de renovação de 4 dos Subcomitês. O Pinheiros-Pirapora é recém-constituído, e no Estatuto dele já se diz que o mandato é de 2 anos. Isso faltou esclarecer. Mas a renovação vai ser nos outros 4 Subcomitês e no Comitê do Alto Tietê.

ÂNGELO MELLE - É. O que pode ser feito, dentro do Pinheiros-Pirapora, na primeira reunião, na primeira oportunidade, se estender esse primeiro mandato, para que o próximo coincida com os outros.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Para coincidir. Tudo bem.

UMA DAS PARTICIPANTES - Não. Não concordo.

ÂNGELO MELLE - Isso vai ser discutido no Subcomitê, e o Subcomitê decide se concorda ou não.

MARCOS BANDINI - A posição tomada no Subcomitê, em reunião plenária do dia 27 passado, foi de concordância com o encaminhado, entretanto, com uma modificação no tocante ao calendário, que eu gostaria de submeter a todos.

A questão do cadastramento de entidades da sociedade civil, que está num período de 2 meses de cadastramento, com posterior Assembléia Geral na seqüência, para escolha, seria adaptada a uma necessidade que foi constatada na eleição nosso anterior, para um período de esclarecimentos. Então, a proposta de plenária do Subcomitê é de que o período de cadastramento propriamente dito ficasse reduzido para 30 dias, e houvesse 30 dias

coma s entidades cadastradas de reuniões para esclarecimentos dos trabalhos do Subcomitê, das responsabilidades do Subcomitê e dos membros, no tocante às suas tarefas, para permitir um melhor aproveitamento dos trabalhos e uma posição mais uniforme dentro do Subcomitê. Isso foi aprovado, e aqui têm membros da sociedade civil, que eu não sei se poderiam complementar. Mas, da forma como está aqui, a proposta impediria, o item 3m, calendário geral, impediria que o Subcomitê procedesse dessa maneira. Então, eu gostaria que ficassem em aberto, ou que fosse acatado por todo este Comitê o processo de esclarecimentos quanto aos representantes da sociedade civil.

SECRETÁRIO - Veja, voltando só para a questão, nós entendemos que essas normas do processo aqui são a título de sugestão. Ela vai ser discutido no âmbito da Comissão Eleitoral, e essa Comissão Eleitoral, obviamente, vai estar sensível a essas considerações. E um ponto que fatalmente ela vai ter de enfrentar será o de esclarecer esse item. Então, nesse aspecto, eu acredito que ela teria autonomia para equacionar esse problema.

Mais alguma observação? (Pausa)

O que aprovaríamos agora seria o seguinte. Aprovar a deliberação. E, na seqüência, se aprovada essa deliberação, que prevê a constituição dessa Comissão, se possível sairmos daqui já com a Comissão formada, que seriam 6 membros, segundo a proposta, 2 de cada segmento. E se pudéssemos chegar a um entendimento, e aí depende da sociedade civil, dos Municípios e do Estado, se pudéssemos sair daqui já com os nomes, isso seria um grande passo dado.

Alguém é contrário a essa deliberação, na forma em que ela está, lembrando que a norma do processo eleitoral é uma minuta a se apreciada pela Comissão Eleitoral? (Pausa). Então, submeto à votação. Tem alguém contrário? (Pausa). Então, consideramos aprovada essa deliberação.

Passamos à fase seguinte, de escolha da Comissão Especial. Se querem fazer conchavos, abrimos um espaço de 5 minutos. Como é que vamos fazer?

MARCOS BANDINI - Acho que pode ser feito a partir do credenciamento, da apresentação...

SECRETÁRIO - Sim. Mas, de qualquer forma, os segmentos teriam de ter uma oportunidade de... Qual é a sugestão?

DARCI - Eu gostaria de propor um critério, que é o de um número de participantes igual para cada Subcomitê. Por exemplo, não sei se 1 ou 2, não sei qual é o número de participantes. Ou se isso já é um critério.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Darci, a proposta aqui é que nessa Comissão Eleitoral do Comitê tenha um total de 6 pessoas, 2 de cada segmento: Estado, Municípios e sociedade civil.

DARCI - Não do Subcomitê.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Paralelamente, desde a deliberação, cada Subcomitê formará a sua Comissão. Porque um Subcomitê pode entender que uma atual Câmara que ele tem, ela pode cumprir esse papel. Então, cada Subcomitê vai constituir a sua Comissão.

DARCI - Então, eu retiro a minha proposição.

SECRETÁRIO - Os diversos segmentos já se consideram em condições, acham razoável que saíamos daqui já com essa composição, com essas indicações.

BONFILIO - Eu gostaria de colocar o meu nome à disposição dos segmentos da sociedade civil, para compor a Comissão.

VIRGÍLIO - Estou propondo o Samuel e o Bonfilio para representarem a sociedade civil.

SECRETÁRIO - Nós já temos 2 candidatos. A sociedade civil agora é que vota e que decide. É o Bonfilio e ...

VIRGÍLIO - E o Samuel.

SECRETÁRIO - Bonfilio e Samuel. Algum candidato adicional da sociedade civil? (Pausa). Virgílio, você é candidato?

VIRGÍLIO - Já são 2 os candidatos.

SECRETÁRIO - Ele só apoia.

Vejam, nós já temos 2 indicados. Alguém da sociedade civil teria alguma indicação adicional? (Pausa). Então, sociedade civil, podemos considerar os dois representantes? Bonfilio e Samuel. (Apoiado)

Municípios? Quem é candidato.

VIRGÍLIO - Não vão brigar, não, hein! Não vão fazer feio aqui, não.

SECRETÁRIO - Precisa fazer bonito igual à sociedade civil. (Pausa).

MARCOS BANDINI - Acho que seria importante a presença de um representante do Município de São Paulo e de um outro que acompanhasse. Mas, seria quase que obrigatória a presença do Município de São Paulo, a meu ver.

VIRGÍLIO - Por que esse privilégio?

MARCOS BANDINI - Pela participação em cada um dos Subcomitês.

VIRGÍLIO - Eu não tenho nada a ver com isso.

SECRETÁRIO - É o peso da densidade.

MICHELLE - Nós até que gostaríamos. Mas, como todo mundo sabe, nós estamos em uma fase de transição aqui, o que está momentaneamente nos impedindo de tomar qualquer compromisso..

Pausa.

MARCOS BANDINI - De qualquer forma, fica aqui sem o nome, explicitamente. Mas, pelo Subcomitê Billings-Tamanduateí , com certeza, nós indicaremos um representante de consenso do Subcomitê. Então, se nenhum outro Município se credenciar, um representante dos Municípios do Subcomitê Billings-Tamanduateí com certeza será indicado.

Pausa.

SECRETÁRIO - Vejam, nós temos aqui a seguinte questão. A princípio foi colocado que São Paulo tem uma dificuldade. Agora, deixar em aberto é complicado.

UM DOS PARTICIPANTES - Secretário, eu quero fazer uma ponderação.

Obviamente, a indicação de um representante de São Paulo não se importa ao nome. Então, mesmo que haja dificuldade quanto ao nome que venha a representar, não é nesse sentido. Mas é a de que o Município tenha essa representação, pelo papel diferenciado que tem no Subcomitê e ainda porque participamos de todos os Subcomitês. É nesse sentido. Tanto sendo um nome como outro. É nesse sentido.

UM DOS PARTICIPANTES - Nós temos alguma dificuldade aqui de indicar pelo Município de São Paulo, porque, estranhamento, estamos em uma fase de transição, quando a fase de transição realmente deveria ser do Estado. Mas, estamos passando por uma fase de transição. E na Prefeitura de São Paulo, existe não só a representatividade da nossa Secretaria de Meio Ambiente, como existe das outras Secretarias, Secretaria de Habitação, Secretaria das Administrações Regionais. A nossa proposição, se houver insistência para que o Município de São Paulo fique, é que podemos eventualmente centralizar, vamos dizer assim, a informação, e fornecer posteriormente, ficando nessa Comissão o Município de São Paulo, sim, e agradeço a indicação. Acho que ela é bastante representativa, até por participar de todos os Subcomitês, e também pela densidade populacional. Mas,

eu tenho dificuldade neste momento de indicar o nome de uma pessoa. Se os senhores quiserem, eu posso posteriormente indicar à Secretaria Executiva o nome de quem vai ser, e agradeço a indicação.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Então, ficam São Paulo e Billings-Tamanduateí.

BENEDITO HERNANDES - O Subcomitê Juqueri-Cantareira está indicando o Dr. Ubirajara, representando o Prefeito de Mairiporã.

SECRETÁRIO - Bom! Nós temos aí alternativas. Uma das alternativas, se bem que nós votamos a deliberação com 6 membros.

MICHELLE - Era esta a colocação que eu queria fazer. Eu faço esta colocação em toda montagem de qualquer grupo de trabalho. Faça com 9, porque aí teremos 6 trabalhando.

SECRETÁRIO - Então, eu não sei se vale a pena. Vejam, já que nós temos uma perspectiva aqui de ter 3 representantes dos Municípios, 3 candidatos, vamos passar para 9 representantes? (Pausa). O.K.? (Pausa). Então, a sociedade civil poderia indicar mais um representante?

UM DOS PARTICIPANTES - O Virgílio.

DARCI - A ABES se apresenta.

SECRETÁRIO - Perfeito.
Então, nós voltamos à Deliberação nº 11. Então, nós reconsideramos e são 9 os membros da Comissão. Quanto aos Municípios está O.K. (Pausa). Perfeito. Quando ao Estado?

UM DOS PARTICIPANTES - Secretaria de Meio Ambiente.

SECRETÁRIO - Secretaria de Meio Ambiente. Já tem o nome?

UM DOS PARTICIPANTES - Fátima Azevedo.

SECRETÁRIO - Fátima Azevedo.
Secretaria de Recursos Hídricos, o Gerôncio. (Apoiado).

VIRGÍLIO - O Gerôncio vai sair de férias. Corte as férias dele.

SECRETÁRIO - Mais alguém? Mais alguma sugestão? (Pausa). Alguém, participante de algum órgão do Estado, gostaria de fazer parte dessa Comissão Eleitoral? Não se inibam.

DARCI - Com licença. Da mesma forma como São Paulo se manifestou, nós podemos encaminhar esse nome a posteriori? Porque, vejam bem, nós estamos em um período em que precisaríamos estar de férias. Mas isso em uma semana, e já estaremos encaminhando esse nome, no máximo.

SECRETÁRIO - Não. Tranqüilo. Aliás, eu gostaria de fechar aqui. Mas...

DARCI - O próprio calendário permitiria isso, dá essa abertura, porque nós vamos começar realmente a trabalhar praticamente só em janeiro.

UM DOS PARTICIPANTES - Não. Começa dia 10 agora.

JUDITH - Por gentileza, eu sou a Judith, da Secretaria de Turismo. Porém, o Comitê de Moji tem uma participação bem maior do que eu aqui na verdade. Todavia, estou á disposição.

UM DOS PARTICIPANTES - Fechou.

SECRETÁRIO - Está fechado. Mas, por favor. É para tratar só da questão eleitoral. Não vai desencaminhar o pessoal aí para fazer turismo no Alto Tietê, onde tem muita coisa turística para ver também.

Bem, com isso nós encerramos.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - A composição final: Sociedade Civil: Bonfilio, Samuel e Darci, da ABES.

Municípios: 1 representante da região Billings-Tamanduateí, a indicar brevemente.

SECRETÁRIO - Vamos estipular uma data?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Isso eu queria fazer em seguida.

DARCI - Antes de fechar isso, eu gostaria de saber se a entidade pode mandar um representante. Por exemplo, eu estou saindo de férias no dia 5, e eu não queria deixar em aberto. A minha entidade gostaria de participar.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Pode enviar um representante.

SECRETÁRIO - Pode por o seu nome? É o caso do Gerôncio, por exemplo.

DARCI - Pode por o meu nome, desde que a entidade possa enviar uma pessoa.

SECRETÁRIO - Só colocando um exemplo. O caso do Gerôncio. Ele vai tirar férias.

DARCI - Eu também.

SECRETÁRIO - Agora, alguém tem de tocar barco. Então, ele vai ter um dos responsáveis para tocar.

DARCI - Alguém para pilotar isso. Claro.

SECRETÁRIO - Está certo?

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Então, Municípios: um da Billings-Tamanduateí . O Ubirajara, pelo Município de Mairiporã. E um representante de São Paulo, a indicar. Correto?

Pelo Estado: um representante da Secretaria de Meio Ambiente, Fátima. Eu, pela Secretaria de Recursos Hídricos. A Judith, pela Secretaria de Turismo. Está certo?

Secretário, eu só gostaria de complementar que por esse calendário que foi mostrado, essa Comissão teria de reunir-se até o dia 10, para melhorar esse Regimento Eleitoral. Porque a primeira coisa a ser feita, até o dia 15, é publicar o processo no "Diário Oficial", dando início oficial ao processo eleitoral. Então acho que uma reunião, dentro de uma semana, se possível já ficar convocada, é o desejável.

UM DOS PARTICIPANTES - O senhor poderia fazer a convocação da reunião, poderia ser sugerida uma data que nem no meio da próxima semana, e todos chamando os seus representantes para essa reunião, para não atrasar.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Isso. Então, eu sugiro uma reunião no dia 10 próximo, às 14 horas, lá na Secretaria de Recursos Hídricos, no 11º andar. É uma sugestão.

SECRETÁRIO - Alguém colocou que também deveríamos sair daqui com o Coordenador dessa Comissão. Acham procedente ou deixar para... (Vozes em plenário). Tá. Então, a Comissão resolve. Tudo bem? (Pausa)

Tem uma observação a ser feita.

SAMUEL (Fundação S.O.S. Mata Atlântica) - Eu só queria fazer uma última observação. Que a Fundação, junto com a sociedade civil, os Comitês de Bacia, realizou o 2º Fórum, que foi realizado agora em Bauru, no interior do Estado, no Comitê do Tietê-Batalha. Já é o 2º Fórum, o primeiro foi na sociedade civil, com uma participação bastante expressiva. Dos 20 Subcomitês que existem, teve a participação de 17 Subcomitês. E nesse 2º Fórum, dos 20 Subcomitês que participam no Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas, participaram 12. E aí eu queria só saber melhor qual que é o recurso que existe, dentro das Secretarias Executivas, se existe um transporte, se existe um veículo para cada Secretaria. Porque uma das reivindicações que foram colocadas foi a seguinte. Inclusive nesse Fórum, teve representantes que veio do Litoral Norte, de Caraguatatuba até Bauru, sem o menor apoio, sem o menor recurso. E parece que existe um recurso dentro das Secretarias Executivas. E mesmo o Dr. Hugo incentivava a participação da sociedade civil nos Comitês de Bacias. Só que isso, dentro do Estado de São Paulo, vem acontecendo de maneira muito difícil, principalmente aí no Interior. Então, eu gostaria de saber como que é isso, e pedir um apoio do Secretário de Recursos Hídricos, para que fale com os seus Secretários Executivos nos Comitês, no sentido de estarem viabilizando, se é possível viabilizar esse tipo de coisa, transporte, alguma coisa assim nesse sentido.

SECRETÁRIO - Eu vou pedir ao Gerôncio para responder a essa questão, porque ele tem uma experiência bastante grande.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Os recursos que a Secretaria Executiva do Comitê e dos Subcomitês dispõem são as chamadas despesas de custeio. Então, tem recurso financeiro. Cada Comitê conseguiu excepcionalmente, no ano passado, por uma deliberação do COFEHIDRO, porque havia proibição nesse sentido, para pelo menos adquirir um veículo para cada Comitê. Então, cada Comitê tem um veículo. Só que esses veículos são adquiridos pelo Estado, e têm as autorizações para guiar. Só pode guiar um funcionário do Estado, alguém autorizado. Sé que se alguém da sociedade civil quiser usar o veículo, legalmente não vai poder, a não ser que peça uma carona e vá com um motorista do Estado. Então, há objeções desse tipo. Não é que alguém queira dificultar que se promova um encontro da sociedade civil em tal.

SAMUEL - Não. Não é no sentido de dificultar, mas de facilitar.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Então, eu quero dizer o seguinte.

SAMUEL - Porque, inclusive, alguns Secretários falam: "Olha, não dá para mandar. Não tem veículo."

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Não. Isso aí é outra coisa. Aqui no Alto Tietê, e acredito que em qualquer outro. Se houver qualquer encontro de sociedade civil ou coisa parecida, e solicitarem o carro do Subcomitê, esse carro será cedido. Mas, na medida do disciplinamento legal que existe.

SAMUEL - Inclusive, a solicitação é para que o Secretário de Recursos Hídricos esclareça isso com os outros Secretários, porque têm m alguns que falam não.

GERÔNCIO ALBUQUERQUE ROCHA - Ou seja, disponibilização de carro não é problema. Mas tem de seguir as regras do próprio Estado, que disponibiliza um carro com um motorista do Estado ou alguém autorizado a guiar, que é funcionário do Estado. Eu não posso disponibilizar para uma entidade da sociedade civil, mesmo querendo.

Recursos para pagamento de passagens e encontros desse tipo, em tese existem. Mas há um bloqueio, pelas normas atuais do FEHIDRO, de não ter como remunerar despesa de passagens.

Eu sugiro, inclusive, Secretário, só para complementar, que esse tipo de gastos, na reunião oportuna que houver do FEHIDRO, pudesse ser um pouco melhor revisto e disciplinado e desbloqueado. Porque, quando essa medida foi tomada, inclusive o Secretário Hugo Marques da Rosa já expôs aqui há um tempo atrás, há bem 1 ano, visava até a uma auto proteção dos membros do Estado no Comitê, e Secretários Executivos, para não dar margem à exploração. Porque alguns eventos e tudo que comportem, que impliquem em viagem, às vezes um Secretário Executivo de Comitê tem necessidade de fazer aquela viagem. E isso, em termos de remuneração, de pagamento de passagem não é autorizado pelas regras do FEHIDRO.

Num encontro como esse, que os senhores realizam, ou que alguém tomar a iniciativa de realizar, sendo de relevância para o Comitê, e eu já vi isso em outras regiões, na Baixada Santista, por exemplo, o segmento da sociedade civil de lá reclamava insistentemente da remuneração de passagem para a reunião do Comitê, porque ficavam em cidades distantes. Passagem de ônibus, para ir a uma reunião do Comitê .

Então, esse tipo de ressarcimento de despesa de passagem, eu acho válido. Mas precisa ter uma regulamentação, para não dar margem à exploração.

SAMUEL - No interior, Gerôncio, isso é muito complicado. Eu estou acompanhando, e realmente é muito complicado. Eu posso estar trazendo depois a ata do que foi discutido. No 1º Fórum, por exemplo, saiu uma moção de apoio ao projeto Tietê, que foi falado no Fórum Internacional, no Instituto de Engenharia. E uma das cosias que vai ser feita nesse Fórum da Sociedade Civil é um diagnóstico para saber como que está a sociedade civil em cada Comitê, quais são os problemas, quais são os seus planos de ação, justamente para estar fortalecendo esse instrumento que são os Comitês.

DARCI - Eu gostaria de pegar uma carona nesse caso, até em razão da admiração que temos pela capacidade de mobilização da sociedade civil, e colocar uma coisa para este Comitê, para nossa reflexão. Quando é que vamos ter o nosso evento, o nosso evento da Bacia do Alto Tietê? Um evento que pudesse integrar a sociedade civil, Estado, enfim, mas que fosse um pouco fora desse âmbito de deliberação; que fosse mais de apresentação de trabalhos; que fossem mais de exposição, enfim, temáticas, técnicas. Abriríamos aí à participação da iniciativa privada. Ele pode ser auto sustentável., do ponto de vista econômico, e pode ter um fruto muito positivo. Inclusive chegando mais próximo e agregando valor e sinergia a esse tipo de evento e de acontecimento que as ONGs vêm fazendo muito bem. Eu deixo isso aí para a consideração de todos.

BONFILIO - Eu queria fazer um comentário, nessa mesma direção, nessa mesma linha. Nós tivemos, recentemente, capitaneado pela Secretaria de Meio Ambiente, a realização de um simpósio sobre gestão de recursos hídricos. A Secretaria de Meio Ambiente, também cumprindo o seu papel, avocou essa questão e tem procurado produzir discussão técnica a respeito, incentivando o meio acadêmico e tudo o mais. Mas eu acho que carece, até para a qualificação dos membros dos Comitês, de realizarmos uma espécie de congresso e também um simpósio, no sentido de fortalecimento institucional mesmo. Não é só a sociedade civil, através da iniciativa S.O.S. Mata Atlântica, do Núcleo União Pró Tietê, que têm puxado esses encontros. Inclusive, no último, eu não pude ir justamente em função da distância, casar os meus compromissos com o tempo de transporte até lá e tudo o mais. E a despesa também com estadia no local. Eu acabei não podendo comparecer, e até fiquei muito aborrecido em função disso. Mas, eu acho que a sugestão do Darci é muito interessante. E fica aqui um complemento na idéia. Eu acredito que havendo essa questão do fortalecimento institucional do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, é perfeitamente cabível que nós aprontemos para o ano que vem a realização de um congresso, ou de um grande simpósio, alguma coisa assim, com disponibilização de recursos, para incentivar a participação dos membros, tendo em vista que o objetivo aí é exatamente a qualificação.

SECRETÁRIO - Deixem-me fazer só uma observação. Primeiro, com relação a essa questão. Sempre o problema que existe é com relação ao cuidado com os recursos públicos. Está certo? Então, é complicada essa questão de fornecer recursos, passagens etc. Mas, eu acho que isso aí nós temos de enfrentar. Não adianta ficar adiando. Então, eu acho que o avanço que nós temos tido, em relação a essas deliberações do COFEHIDRO e a essa, eu diria, renovação que nós estamos tentando fazer no relacionamento entre Secretarias Executivas, FEHIDRO, BANESPA e órgãos técnicos é algo que fatalmente nós vamos começar a ter de chegar nesse ponto e resolver essas questões definitivamente.

Com relação a essa questão de eventos, eu cito, vejam, acabaram de definir aqui um projeto que deve ser credenciado para utilizar recursos do FEHIDRO, desenvolvimento institucional. Está certo? Onde se enquadram congressos, simpósios etc., inclusive para participantes do próprio Comitê .

Então, o que precisa é alguém parar, pensar, um grupo parar e pensar., e formular esses projetos e quantificar, para que tenhamos casuísmos. Porque não adianta vir alguém e falar que tem um congresso ou um simpósio não sei aonde. Como é que fica? Isso aí é casuístico.

Então, é perfeitamente possível. Nós conhecemos os simpósios sérios. E é perfeitamente possível participar desses simpósios com recursos do sistema.

Agora, alguém precisa parar, elaborar esse processo. Organizar um simpósio desses, que não é fácil. Ele exige recursos. Geralmente, nós temos uma parcela em que conseguimos colaboradores. Mas, está aí o FEHIDRO. E isso é um desenvolvimento importantíssimo no processo.

Então, eu incentivo que da Secretaria Executiva venha um projeto desse gabarito. Que não sejam só no sentido de privilegiar uma ou outra entidade, mas que se privilegie o conjunto, que é o próprio Comitê. Está certo?

VIRGÍLIO - Eu queria fazer uma outra sugestão. O Comitê e os Subcomitês aprovaram aí uma série de projetos, sejam eles da sociedade civil, sejam do poder público. Quem sabe fosse importante trocarmos experiências, socializando a experiência de cada projeto desses num encontro. Nós, do Movimento de Defesa da Vida, dizer como estamos fazendo, como estamos realizando o nosso projeto, como estamos implantando o nosso projeto, para os senhores conhecerem o que estamos fazendo. Talvez fosse interessante marcarmos um dia aí, para que todos os que têm projetos do FEHIDRO virem aqui apresentar e socializar os seus conhecimentos.

SECRETÁRIO - Vejam, é exatamente isso a que eu estou-me referindo. Quer dizer, isso que você está citando, se ele for um evento pré-estabelecido, ele vai introduzir o custeio das passagens, ele vai estar contabilizado. E vai estar sendo usado, feito com recursos do sistema. E digo mais, isso é vital.

Eu costumo dizer o seguinte. A tendência dos nossos sistemas e do nosso país é a de fazer intercâmbio com país estrangeiro. Não que eu ache que não deva ser feito. Mas nós fazemos muito pouco intercâmbio entre nós mesmos. Entre o próprio Estado, Municípios vizinhos e coisas desse tipo. E esse é um grande filão, vamos dizer assim. A nossa criatividade é um negócio espantoso. As nossas diversidades são espantosas. E isso só vem a contribuir.

Então, vejam. Novamente falta criar um grupo técnico, vamos dizer, de promoção e desenvolvimento institucional, para que realmente some quais seriam os projetos individuais, e transforme isso em um projeto plurianual até. E que realmente todo ano tenha uma dotação específica. Está certo?

DARCI - Eu gostaria só de complementar. O espírito é esse mesmo; É ir para a festa também. Uma festa produtiva. Mas a ABES se propõe aqui, se não for em dezembro, a colaborar e a contribuir, seja no âmbito da Câmara de Planejamento do Comitê, seja através da constituição de um grupo de trabalho. Porque nós temos uma longa experiência na realização de congressos. A ABES de São Paulo também tem. Nós temos congressos anuais que reúnem 3.000, 4.000 participantes. Inclusive, sobra até um dinheirinho para a entidade no final das contas. E queria colocar isso...

SECRETÁRIO - Então, nós vamos emprestar dinheiro com reembolso, tá?

DARCI - Mas já tem. Aí, a questão toda seria exatamente uma deliberação no sentido de instituir um evento anual do Comitê, com regras próprias, com regulamento próprio, como existe nas entidades. E nesse aspecto é que eu quero colocar à disposição do Comitê todo o acerbo que a ABES tem de experiência nesse sentido.

SECRETÁRIO - Olha, está aí o desafio. Acho que já temos os ingredientes. É uma questão de sentar, agitar a Secretaria Executiva e montar esse programa. Acho que já passou do tempo.

VIRGÍLIO - Secretário, eu queria registrar aqui no Plenário do Comitê que esse Comitê, a partir do Subcomitê Billings-Tamanduateí, e homologado por este Comitê aqui, e que depois foi homologado no CONSEMA e no CRH, estou falando do Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. Quer dizer, no CONSEMA, esse Plano Emergencial foi aprovado com uma série de exigências, diretrizes e recomendações. E entre aquela série de exigências consta a questão da fiscalização imediata das áreas de mananciais, como uma forma inicial para que possamos realmente pensar em preservar o que ainda resta, e recuperar o que é possível recuperar.

Hoje, faz 1 mês e 24 dias que foi aprovado o Plano Emergencial, no dia 8 do mês passado, lá no C.R.H. E sobretudo as exigências de fiscalização, de controle territorial não foram implementadas até hoje.

Protocolei, para conhecimento do Comitê, e também para que tome providências, uma ação, ou uma representação que o Movimento em Defesa da Vida encaminhou junto à Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente, para que esse Plano Emergencial não fique apenas no papel, e sim seja implementado. Uma vez que o

Movimento em Defesa da Vida, do Grande ABC, acreditou na mudança da nova Lei dos Mananciais e acreditou na implantação de um Plano Emergencial. E nós queremos que isso aconteça e que não fique no papel.

MARCOS BANDINI - Eu queria também colocar, no mesmo sentido do que o Virgílio acabou de solicitar, que em plenária do Subcomitê Billings-Tamanduateí, de sexta-feira passada, dia 27, foi aprovado por consenso um pedido de esclarecimento formal ao Comitê Billings-Tamanduateí e mais diretamente aos representantes do Estado, Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do porque da não implementação da fiscalização imediata, conforme deliberações já citadas pelo Virgílio. Esse ofício vai estar sendo encaminhado amanhã pela Secretaria do Subcomitê, tanto ao Comitê do alto Tietê como aos dois Secretários, o de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente.

SECRETÁRIO - Perfeito.

MARCOS BANDINI - Desculpe. Eu vou aproveitar e vou colocar que o Consórcio Intermunicipal, com o apoio do Subcomitê e Câmara Regional, vai estar implementando um workshop, vai estar organizando um workshop sobre esse tema, no da 9, em Santo André, fiscalização integrada nas áreas de proteção aos mananciais. Mas, de fato, sem uma posição do principal proponente, que é o Estado, fica bastante comprometido até o próprio worshop.

BONFILIO - Eu queria fazer uma colocação.

SECRETÁRIO - Se os senhores me permitem que seja a última observação...

BONFILIO - É a última. É uma observação, mas também tem um certo caráter de moção. Eu havia até conversado a esse respeito com o Secretário Executivo, com o Gerôncio. Por iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente, foi constituído, recentemente, um Fórum denominado entre Serras e Águas. Esse Fórum reúne Municípios que estão ao longo da Rodovia Fernão Dias. Ele surgiu em razão de intervenções que o movimento ambientalista realizou, quando da discussão do EIA-RIMA da Fernão Dias. E ficou condicionado nesse EIA-RIMA que dentre os recursos para a duplicação da rodovia, parte desses recursos, um percentual bem pequeno, seria investido em obras que mitigassem os danos ou que compensassem os danos da duplicação.

Esse Fórum, de certa forma, vem para poder promover a discussão entre os vários atores desse processo e se discutir o que se vai efetivamente ser feito com esses recursos.

Já no processo inicial de discussão da formação desse Fórum, do qual eu participei, nós já havíamos salientado a importância desse Fórum se submeter ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, tendo em vista que é uma formulação que está colocada dentro de uma área bastante crítica, que é a área do Sistema Cantareira, que vem sofrendo ali um processo de desocupação desordenado, que nós já há alguns anos vimos denunciando, algumas questões inclusive foram levadas ao Ministério Público, com embargo de loteamento etc. e tal.

Mas, recentemente, nós recebemos uma proposta de Regimento Interno daquele Fórum, e essa questão não estava colocada naquele Regimento. Ou seja, aquele Fórum tende a deliberar de forma paralela ao sistema de gerenciamento, não se submetendo aos princípios e diretrizes da Lei nº 7663.

Então, nesse sentido, eu faço aqui uma sugestão, uma proposta de que seja encaminhado ao C.R.H., tendo em vista que o Fórum abrange o Comitê do Piracicaba também, uma proposta no sentido de que o C.R.H. aprove uma recomendação a esse Fórum, para que ele insira no seu Regimento Interno que as questões ali aprovadas sejam submetidas ao Comitê do Piracicaba e ao Comitê do Alto Tietê e seus respectivos Subcomitês que sofrerem aí as interfaces. Para fazer com que as políticas e as deliberações de fato não conflitem com a política de gerenciamento aqui aprovada, e aprovada no Comitê do Piracicaba. E também no sentido de respeitar um Fórum, que já é antecedente a ele, e que inclusive foi criado por força de lei, não por ato normativo de Secretário, mas criado por força da Lei nº 7663, evitando prejuízos e evitando que o recurso público seja gasto da maneira que entendemos inadequada. Porque implementam-se políticas paralelas, ações paralelas, e não se faz a otimização da aplicação dos recursos.

Um exemplo disso é o Município de Franco da Rocha, que é vizinho de Mairiporã e que está ali encostado também na Fernão Dias, e um dos Municípios que vêm sofrendo reflexos danosos da duplicação da Fernão Dias, com o desmonte das favelas ao redor da Fernão Dias, essas favelas têm ido parar dentro do Município

de Franco da Rocha. Franco da Rocha já não tem mais área pública sem ocupação. E as áreas particulares também estão sendo ocupadas. O Parque Estadual do Juqueri foi criado em função da duplicação da Fernão Dias. Ele já existia enquanto formulação técnica, enquanto reivindicação dos movimentos ecológicos. Mas só veio a ser criado enquanto medida compensatória à questão da duplicação da Fernão Dias. E já foi decidido que o Município de Franco da Rocha não participa desse Fórum.

Então, vem sendo tomadas já decisões por esse Fórum que, ao meu ver, conflitam com princípios da Lei nº 7663, que conflitam com o nosso Estatuto, o Estatuto dos Comitês. E a tendência disso, obviamente, é um distanciamento. Isso não deve ocorrer. Se nós temos condições de alcançar essa interface, vamos procurar viabilizá-la e não permitir que esse distanciamento se aprofunde, criando fóruns paralelos.

SECRETÁRIO - Nós registramos aí essa observação.

Eu queria fazer só dois comentários. Primeiro, com relação a essa questão a essa questão da fiscalização. Os senhores vão ter explicações adequadas. As providências estão sendo tomadas. Existem dificuldades nessa tomada de providências. A questão de veículos, barcos etc., são coisas que já estão chegando, já foram compradas. Existia um problema ainda na contratação de pessoal, isso foi um impedimento interno do Governo, e que está tendo uma outra alternativa.

Então, essas questões estão sendo resolvidas. Mas os senhores vão ser informados formalmente a esse respeito, e não tenham dúvidas. Nós estamos tomando todas as providências para viabilizar isso, porque esse é um compromisso, e ele tem de ser cumprido à risca. Está certo? Obviamente, existem as dificuldades institucionais às vezes e legais até nesse processo.

Com relação a essa questão de integração, eu só queria fazer uma observação. É que se usou um termo aqui, que é submeter ao Comitê e coisas desse tipo. Vejam, esse sistema é um sistema democrático. Podem existir "n" outros Fóruns etc. e tal. Então, submissão é uma coisa que não está prevista. Está prevista a integração. E aí eu não tenho dúvida de que criem-se quantos fóruns existirem, o importante é que se eles realmente forem importantes, eles têm de se integrar e devem-se integrar, e isso vamos procurar obter. Está certo?

Já avançamos bastante, cumprimos a pauta. Eu passaria a palavra ao nosso anfitrião, para a despedida dele e suas considerações.

MÁRIO LAVIN - Eu gostaria de, em nome da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, especificamente em nome do nosso Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CADES, agradecer ao Sr. Secretário, aos senhores membros do Comitê, a oportunidade que tivemos de sediar mais uma reunião ordinária do Comitê, e dizer que esta sala é uma sala que tem sido fórum de discussões acaloradas sobre os problemas do Meio Ambiente do Município de São Paulo, algumas Regionais, como foi o caso hoje. Nós temos sediado até reunião do CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, nesta nossa sala, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho e outras reuniões técnicas.

Então, eu gostaria de colocar à disposição a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o nosso Conselho, para que os senhores usem e abusem da nossa estrutura, da nossa sala, ela tem uma localização bastante privilegiada, em termos de Metrô, em termos de oportunidade de se fazer reuniões.

Então, Senhores, reiterando a nossa satisfação de ter sediado esta reunião, eu coloco esta sala à disposição, e agradeço a presença de todos.

Obrigado.

RANDOLFO MARQUES LOBATO - Eu sou um dos mais antigos Conselheiros aqui do CADES, talvez da primeira. E essas palavras do Lavin, como falou o nosso colega, realmente esta sala aqui tem muita história, apesar do pouco tempo em que ela está funcionando. E é uma história realmente que constrói. De modo que eu não faço despedida, porque eu continuo. Essa tal transição, eu até falo, meu amigo, como munícipe. Na hora em que você estava em dúvida, eu, como munícipe, exijo que São Paulo esteja presente e acabou. Não é verdade?

Então, só para dar uma informação final aos colegas. A ABEPOLAR ECOLOGIA cobre o lance da ABES e da S.O.S. Mata Atlântica para esse evento, com ou sem ajuda oficial. Muito obrigado. (Muito bem. Palmas)

SECRETÁRIO - Eu agradeço a presença de todos os senhores. Eu queria reiterar aqui a mensagem do Dr. Hugo, de agradecimento a este Comitê. E queria reforçar o seguinte, a importância deste Comitê. E nós teremos mudanças. A Prefeitura está mudando, o Estado deve mudar também. E compete a nós justamente exigir que cada dia mais esses Comitês funcionem. E nós temos de fazer pressão para que realmente tenhamos pessoas aqui do gabarito que tivemos até então, e com o dinamismo que teve o Dr. Hugo.

Então, eu acho que nós precisamos realmente lutar para que quem esteja aqui, e disso eu tenho certeza, eu não tenho dúvida a respeito, mas vamos exigir de quem quer que seja esse dinamismo, e que este Comitê continue sempre, e o evento, no ano que vem, nós vamos comemorar.

Desejo a todos um Bom Natal e início de ano. E rumo à Agência 1999, porque nós precisamos dela. Está certo? (Muito bem). Até logo e obrigado. (Palmas)

- ENCERRAMENTO ÀS 17 HORAS.